

# Revolução



## ANALISE DOS RESULTADOS ELEITORAIS

**MATOSINHOS:**

**Conserveiras  
em luta**

**pelo**

**contrato**

**colectivo**

**de trabalho**

(Pág. 7)

**GDUP,  
Definição**

**política**

**funções**

**e objectivos**

**próximos**

(Págs. 3 e 20)

**AIL:**

**Dinamização,**

**organização**

**e coordenação**

**dos moradores**

**para a luta**

(Pág. 13)

**PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO**

dos leitores

Porto-Voz do PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO



Revolução

"Como entendo o vosso partido a nível de revolução"

Dirijo esta carta ao jornal «Revolução» por vosso intermédio, pois creio ser um órgão informativo ao serviço do Povo e da verdade e só nesta linha se poderá levar a cabo a autêntica revolução, aquela que leva consigo o carimbo do povo.

É possível que as minhas palavras tenham o condão de chocar alguém porque são duras e incisivas, mas as que melhor retratam o cariz da vida crítica que se vive em Portugal, segundo as minhas possibilidades de escrever.

Considero que vivo num país caracterizado por um regime de anarquia, de depravação, de evolução rumo à ruína, a menos que...

Onde irá dar este barco baptizado com o nome de Portugal, com máquinas sem potência e leme sem direcção?

Creio bem que a um local indesejável, se... Uma revolução autêntica é um movimento capaz de sanar a podridão social e o obscurantismo vigentes até ao momento em que ela se dá, a revolução popular.

Mas há outro tipo de revolução: a revolução burguesa que conduz inevitavelmente a algo de indesejável a menos que, se não houver a revolução popular para se impôr à burguesa. Numa análise fria da situação e embora seja doloroso reconhecê-lo parece que é preocupação principal das maiores forças políticas a feitura da revolução burguesa.

Que tipo de revolução é a do 25 de Abril de 1974? É aquela revolução em nome da qual se justifica um estado anárquico e desorganizado da vida nacional?

Em Portugal havia muitos problemas que mereciam resolução urgente... Estes e muitos mais continuam a existir hoje. Porquê?

Por falta de directivas firmes, autênticas, ao lado do povo.

Não era Portugal antes do 25 de Abril de 1974 o país mais atrasado da Europa? Não continua a sê-lo? Porquê?

Infelizmente é, mas não devia ser. É-o porque a palavra revolução foi viciada, e apresentada como lenitivo que não podia sarar todos os males, porque a revolução de Abril começou a pender para o lado da burguesia que dela se começou a servir por sua vez, para manter os seus interesses de classe e a temer a tomada de certas medidas que a poderiam prejudicar.

E a revolução popular! Porque não pendeu a revolução de Abril para o lado do povo? Não penderá?

Creio firmemente que sim, que a revolução popular acabará por sobrepôr-se à revolução burguesa, esmagando-a. O povo é de carne e osso, tem um espírito susceptível de se cansar, de perder a paciência e o melhor que o governo, isto é, o desgoverno deste país tem feito é cansar o povo com promessas que não cumpre, fazê-lo perder a paciência. É que o povo já não acredita nos propósitos, de lobos esfaimados disfarçados com peles de cordeiros, dos seus governantes.

O povo começa a ter consciência de que a sua miséria aumenta porque os seus desgovernantes com um falso projecto político visam uma revo-

lução sem transformação, uma revolução só no papel, com a manutenção das antigas estruturas sociais disfarçadas sob as mais diversas roupagens, isto é, a existência do binómio explorador-explorado e não a sua supressão. Vêm falar-nos de justiça social quando o que pretendem é apenas defender a sua extensa gama de parasitas.

É urgente desmistificar os propósitos de quem actualmente comanda o nosso país em nome da democracia e do socialismo. É importante que o povo saiba que a democracia e o socialismo de que nos falam e nos prometem é algo que só serve para ornamentar edifícios e colorir discursos e não o que verdadeiramente é: paz, pão, emprego, saúde, educação e habitação condignos. O socialismo e a democracia são construções práticas e firmes por parte do povo e ultrapassam os domínios teóricos que lhes emprestam muitos dirigentes políticos burgueses que em Portugal têm lugar. O povo está perante uma alternativa: fazer a autêntica revolução socialista ou ser esmagado pelos inimigos dessa mesma revolução.

É o que todos devemos considerar durante alguns momentos para vermos o que aqui existe de verdade: ou o povo se levanta com decisão para sacudir com violência e de uma vez para sempre os jugos que a burguesia, disfarçada de diversas formas, lhe põe sobre os ombros ou então o povo português, tal como o povo chileno, terá que aguentar um peso

repressivo tão forte sobre os seus ombros que acabará por ser esmagado numa escravidão ainda mais dolorosa que antes.

Saúdo todos os revolucionários em geral e o P.R.P., em particular, como movimento de uma só cara e de desprezo por todos os convénios sociais burgueses (a não participação nas eleições) a sua atitude autenticamente revolucionária em alertar sobre

a capciosa ratoeira das eleições e da sua eficácia para dominar as classes trabalhadoras, pois estas nunca tomarão o poder através das eleições; pelo contrário, sempre pagaram bem caro as suas ilusões eleitoralistas.

Termino com um apelo ao reforço da vigilância e do combate à contra-revolução.

Saudações revolucionárias!

PARTIDO REVOLUCIONÁRIO DO PROLETARIADO SEDES

SEDE CENTRAL ... Rua Castilho n.º 70, Lisboa Tel. 573520/573640/573711/573670

JORNAL «REVOLUÇÃO» ... Rua Castilho n.º 70, Lisboa Tel. 573520/573640/573711/573670 DELEGAÇÃO DO NORTE Rua Álvares Cabral, 110, PORTO

LIVRARIAS REVOLUÇÃO

CABO RUIVO

Rua do Vale Formoso de Lima, 127-A. Horário ... das 12 às 14 horas e das 16.30 às 24 horas.

ODIVELAS

Rua D. Nuno Álvares Pereira, 3-D. Horário ... das 12 às 20 horas.

ORG. REGIONAL DO NORTE

PORTO ... Rua Álvares Cabral, 110 Tel. 315759/315786 VIANA DO CASTELO ... Rua de Altimira, 102 Tel. 24320

MATOSINHOS ... Rua Conde de S. Salvador, 374 Telefone: 931925 BARCELÓS ... Av. Liberdade 60 r/c Tel. 830099

ORG. REGIONAL DO CENTRO

COIMBRA ... Rua Eça de Queirós, nº 33 MARINHA GRANDE ... Rua Marques de Pombal, nº 65 ARGEA ... Tel. 92169 COVILHÃ ... Rua Visconde da Corcudada, n.º 60 ... Tel. 25542 CASTELO BRANCO ... Rua de Santa Maria, 10 S. JOÃO DA MADEIRA ... Rua Jaime Afreixo, n.º 142 Telefone: 24149

ORG. REGIONAL DE LISBOA

LISBOA ... Av. da República, n.º 40 ALGES ... Rua Victor Duarte Pedroso, n. 15 ... Algés de Cima Tel. 2100337 PAREDE ... Rua Gomes Freire de Andrade, 1 Tel. 2474142 SACAVERM ... Largo 5 de Outubro, n.º 16-17 Tel. 2512907 AMADORA ... Rua Gonçalves Ramos, n.º 40 Tel. 939525 CACÉM Rua de Paço de Arcos, lote 16

ORG. REGIONAL DA MARGEM SUL

SETUBAL ... Rua Jorge de Sousa SETUBAL ... Praça do Bocage, 3 BARREIRO ... Rua dr. Eusébio Leão, n.º 31 Tel. 2076745 LAVRADIO ... Rua dr. José Carcano Leão, n.º 12 TORRAL ... Rua da Seça COVA DA PIEDADE ... Estrada Nacional, n.º 10 Tel. 2763267/2763397/2763122 OUNHA DA LOMBA Rua de Gões, 21-A SINES ... Rua Marques de Pombal, n.º 86 ... Tel. 62860

ORG. REGIONAL DOS ALENTEJOS

ÉVORA ... Largo do Chão das Covas, n.º 21 Tel. 24998 BEJA ... Rua Alexandre Herculano, n.º 29 Tel. 24594 ALJUSTREL ... R. da Liberdade, n.º 13, Aljustrel

ORG. REGIONAL DO ALGARVE

FARO ... R. Reitor Teixeira Guedes, 35 - Tel. 36 13, LOULÉ ... Av. José da Costa Meaia, n.º 39-1.º Tel. 63043 PORTIMÃO ... Rua 5 de Outubro, 17 MC MICHÊ ... Estrada da Foia, 9.º Tel. 300 000 OLHÃO ... Rua 18 de Junho, n.º 64-B-C FERRAGUDO ... Rua 1.º de Maio F.º LISBAR ... R. D. Pedro Gêlvão, ...

UNIVERSIDADE PROLETÁRIA

LISBOA ... Av. 5 de Outubro Tel. 770017

Revolução

Assinatura

Queiram considerar-me assinante na modalidade abaixo assinalada:

NOME ..... MORADA ..... LOCALIDADE ..... PROFISSÃO .....

Semestral 90\$00 [ ] Anual 180\$00 [ ] PAGAMENTO

Estrangeiro Semestral 300\$00 [ ] Anual 600\$00 [ ] Em cheque Em vale

# "A unidade corresponde a uma forte aspiração das massas"

O que são (e o que podem vir a ser) os GDUP's?

É objectivo deste artigo avançar na clarificação da relação dialéctica dos GDUP com as organizações autónomas da classe e também com as organizações partidárias cujos militantes neles têm participado.

Antes de mais, importa reter que, tendo os GDUP's começado por ser a forma organizativa que assumiu o movimento de apoio à candidatura de Otelu em ordem ao trabalho político durante a campanha e ao seu prosseguimento após as eleições, coloca-se, neste momento, a exigência de se transformarem numa ampla frente de massas claramente demarcada das alternativas reformistas, quaisquer que sejam os seus matizes.

De facto, a unidade corresponde a uma forte aspiração das massas e representa uma imperiosa necessidade para o êxito das grandes lutas que se avizinham.

Os GDUP's, por isto mesmo, representam, já uma aquisição do movimento de massas, isto é, são um movimento unitário de base que nada tem a ver com uma frente de cúpulas partidárias, e a prová-lo está o amplo leque de militantes oriundos de variadas correntes políticas (do PS para a esquerda), partidárias ou não partidárias.

É, pois, uma realidade que militam nos GDUP's elementos de diversas tendências políticas. Sendo assim, não é demasiado sublinhar que representa uma traição para as massas trabalhadoras tentar, por qualquer forma, controlar partidariamente a direcção política dos GDUP's.

Para que se alcance uma direcção política unificada que garanta uma orientação correcta ao processo revolucionário que de novo emerge, há que varrer o divisionismo e o sectarismo, impedindo-se, assim, que qualquer organização ponha a ampla frente de massas que deverão ser os GDUP's, ao serviço.

Não quer isto dizer que o fortalecimento dos GDUP's passe pela diluição das organizações políticas: a coesão ideológica das diversas tendências do movimento operário é um acontecimento positivo e importante para o seu fortalecimento.

Uma das formas que os reformistas se servem para tentar boicotar a dinâmica do movimento popular de massas consiste em pretender segurar os militantes do PC e do PS, sob o argumento que os próximos congressos destes partidos (a terem lugar respec-

tivamente em Outubro e Dezembro deste ano) fortalecerão a inexistente «maioria de esquerda».

Este argumento que, como dissemos, visa retirar dos GDUP's os elementos do PC e PS que neles participam, fundamenta-se num raciocínio mecanicista que ignora a dinâmica do movimento de massas e que julga que, no fim do próximo Outono, a situação de crise vai estar como está hoje...

## GDUP: FUNCIONAMENTO INTERNO E ORGANIZAÇÕES AUTÓNOMAS

A propósito do funcionamento interno dos GDUP's, não há qualquer necessidade em que os militantes das organizações partidárias escondam a sua filiação. É na base de relações absolutamente abertas e desconfiadas entre todos os seus militantes, o que supõe a mais rigorosa **democraticidade interna**, que os GDUP's poderão corresponder ao que deles esperam centenas de milhares de explorados.

Na relação entre os GDUP's e as organizações populares de base (sindicatos, comissões de moradores, comissões de trabalhadores, conselhos de aldeia, cooperativas agrícolas, etc.), importa apreender o contributo que estas duas componentes do movimento de massas podem dar ao processo revolucionário.

Assim, existem, **diferenças qualitativas** entre os GDUP's e as organizações populares de base. Refira-se, de resto, a título exemplificativo, que muitas dessas organizações, por este ou aquele motivo, nem sequer apoiaram o programa da candidatura de Otelu; estão nesta situação, por exemplo, diversas direcções sindicais e comis-



sões de trabalhadores afectas ao PC e, mesmo nalguns casos, ao PS.

Organizações populares de base e GDUP não são, pois, a mesma coisa.

Todavia, uma das tarefas prioritárias dos GDUP consiste justamente na reactivação, reforço e desenvolvimento das organizações populares de base, por tal forma que estas se transformem em verdadeiros embriões do poder político-militar.

Por outro lado, a **autonomia dos órgãos populares de base tem de ser respeitada**, ou seja, ninguém pode, por mais revolucionário que seja (ou se pretenda), forçar as CM, CT, cooperativas agrícolas, sindicatos, etc., a defender os princípios dos GDUP.

A este respeito, a tarefa dos revolucionários consiste em, na prática, mostrar aos camaradas mais recuados e ainda dominados pelo reformismo, a justeza dos objectivos e a exigência unitária que já são os GDUP.

Deste modo, qualquer militante dos GDUP's tem que dar o exemplo da mais profunda unidade revolucionária.

## COMPONENTES DO MOVIMENTO POPULAR

Ao longo deste artigo foram já focadas 3 das 4 componentes do actual movimento popular, a saber:

- GDUP
- Organizações populares de base
- Partidos políticos

A outra componente do movimento, que com as 3 acima referidas, poderá constituir um todo susceptível de imprimir alterações radicais no processo que de novo emerge, é constituída pelos **militares revolucionários**.

Efectivamente, é da conjução dos GDUP com as organizações autónomas dos trabalhadores, com os partidos políticos revolucionários e com os militares progressistas que nascerá o germen da sociedade nova, os explorados.

A bem dizer, começam a desenhar-se condições para que um vastíssimo movimento de massas — com uma direcção política que saiba captar e dirigir também os sectores da pequena burguesia e do campesinato que vacilam neste agudizar da crise económico-política — ponha em causa o poder capitalista.

É tarefa de qualquer revolucionário dar o melhor de si mesmo para que se não perca a oportunidade que pode avizinhar-se.

# NOTAS BREVES

TOMÁS PROLETÁRIO

Numa entrevista dada pelo capitão Tomás Rosa, este afirma «sou ... um proletário (!)»

Nós, mal intencionados, começámos por rir da afirmação; mas, reconhecendo o erro em que caímos, fomos ver dois aspectos da sua actividade:

— Primeiro, o sr. ministro é capitão, profissão em que se farta de produzir mais valia para a burguesia que o reprime, coitado.

— Depois, o sr. capitão é Ministro do Trabalho. Já imaginaram a dificuldade que tem àquela secretária, a defender intransigentemente o capital que os operários teimam em desfazer? Já pensaram as conseiras por que passou quando os proletários matalúrgicos (que por sectarismo teimam em não reconhecer como dos seus) só o não comeram porque não querem meter porcaria na boca?

E, de facto, o que pode ser este sr. capitão Ministro senão um proletário?

## AS INDEMNIZAÇÕES

Enquanto se fala de austeridade, de produzir mais, de falta de dinheiro, o Governo continua muito preocupado em indemnizar os capitalistas cujas empresas foram nacionalizadas.

Quanto é que o Governo teria de gastar para indemnizar os operários da exploração a que tiveram sujeitos?

Indemnizações para uns, austeridade para outros. E esta a «igualdade» da burguesia, dos «socialistas».

Para que vai servir esse dinheiro? Para os «empreendedores», recomecem a explorar! Vão «empreender» novas formas de exploração e vai haver tanta liberdade para isso!!

## DOS ÓCULOS DE SOL AO MONÓCULO DE SOMBRA

Por três períodos nestes últimos dois anos ouvimos na Rádio e TV o slogan «Vão aí as eleições» como as eleições não vieram totalmente ao gosto dos que as mandaram vir, vislumbra-se agora nos jornais um slogan menos explícito: «Vem aí Spínola, Rapazote...» Slogan esse sem dúvida mais «livre», visto poder ser aumentado consoante a vontade dos senhores que estão por detrás daqueles óculos escuros que bem conhecemos, e também certamente mais «seguro», pois estes, sim, já deram provas do seu «pluralismo», enquanto que os trabalhadores votantes... O Carneiro já o confessou, afirmou: «A esquerda cresceu em Portugal». Para esta segurança (da burguesia) se concretizar é necessário um reforço do seu aparelho de Estado com toda a família de velhos amigos em que a divergência essencial é se se chamar «Frente Política», de Alpoim Galvão, ou «Movimento Nacional Anti-Marxista», de Kautza. Como, segundo aquele, «o espírito do MDLP» radica nos vários «partidos democráticos» como Mário Soares não se importava de ser Primeiro Ministro de Spínola (nó ou será já?), como Firmino Miguel, bem integrado no meio deles, fala-se de que irá para ministro da Defesa, sugerimos como nome para essa família um nome familiar:

União Nacional ou A.N.P.

Só que o «seguro» regresso de todos esses fascistas não vai ser tão «livre» como os que já cá estão desejam; a prova disso está na área da residência de Rapazote, mal aí foram vistas pessoas das suas relações.

## OS FESTIVAIS E AS POUPANÇAS

No dia 4 de Julho de 1976 realizou-se o Festival Aéreo de Sintra o qual foi descrito em certos jornais «pluralistas» com louvores ao «sangue frio», ao «apuro e confiança colectiva», ao «bailado dos helis», aos Mirage franceses e ao que os portugueses fariam se tivessem Mirage (n)s também.

Quantas horas de poupança de energia eléctrica teria um cidadão comum de fazer de modo a equivaler ao gasto de energia numa hora de voo daqueles aviões?

Pode-se fazer as contas, mas referimos que o cidadão cidadão passaria a v. Já às escutas.

São as restrições «pluralistas»!!

# DIRIGENTES DO PRP PELA 4.ª VEZ NA PJM

E a quarta vez que os dirigentes do P.R.P. são chamados à Polícia Judiciária Militar. Desta última foi para prestar declarações sobre o desaparecimento das armas de Beirolas, do qual tomou a responsabilidade, nessa altura mesmo, o capitão Fernandes.

Mais uma vez o P.R.P. teve ocasião de esclarecer a sua posição face a esta questão, recordando para isso um documento emanado na altura do desaparecimento das armas pelo Secretariado Político do Partido como resposta a várias calúnias dos jornais de direita, que atribuíam essas armas à posse do P.R.P.

O P.R.P. mostrou-se solidário com o capitão Fernandes e continua a manter-se se, como ele declara, essas armas estão nas mãos de operários e camponeses no sentido de defender os seus interesses de classe e defender as suas conquistas revolucionárias.

Considera entretanto o P.R.P. que é uma provocação ir perguntar a um partido desarmado por essas armas na base de questões meramente subjectivas e, portanto, emitiu um protesto ao despacho do general Ramalho Eanes, considerando que ele viola a Constituição.

## e a actualidade nacional

Porquê tanta justificação se o erro é o mesmo?

# Reformismo — divisionista

O Comité Central do PCP reuniu no passado dia 5, tendo depois publicado um comunicado em que expressa a análise sobre as últimas eleições bem como a saída que aponta.

Entalado entre o crescente movimento revolucionário dos trabalhadores (que se apercebem cada vez mais de que a saída é ou o fascismo ou socialismo) e a fascização do processo de recuperação capitalista imprimido pela burguesia, o reformismo continua no impasse, continua a jogar na possibilidade da manobra e da conciliação.

Tal como Octávio Pato na conferência de Imprensa na Gulbenkian caiu no ridículo ao tentar justificar a sua candidatura (lembramos que depois de dizer que jornais reaccionários tinham incentivado a campanha de Otelo, não foi capaz de apresentar um único), este longo comunicado do Comité Central do PCP continua à procura de falsas causas para a sua derrota eleitoral, batalhando nos estafados argumentos da «maioria de esquerda» e no combate acérrimo à alternativa revolucionária.

Enquanto muitos dos seus militantes e simpatizantes continuam nos GDUP's a trabalhar para a unidade dos trabalhadores, a direcção do PC tenta, por um lado, intensificar as calúnias à alternativa que o programa da candidatura de Otelo apresenta e, por outro, chamar a si todos os militantes que votaram Otelo nas últimas eleições pelo slogan **vamos recuperar tudo e com juro**.

Tirando a conclusão das votações das eleições presidenciais, afirma-se no comunicado que «independentemente do significado negativo da candidatura do major Otelo, é de sublinhar que os resultados eleitorais, vistos no seu conjunto e compreendidos na evidente intervenção dos eleitores, trazem a deslocação para a esquerda de mais de 200 000 votos». Mas quem é que produziu esta deslocação?

Não foi com certeza o candidato pela «maioria de esquerda». Foi a candidatura de Otelo, foi o seu programa revolucionário, a alternativa concreta que defendeu durante as eleições e que, para o PCP, tem a ver com o «reacender de falsas ilusões pseudo-revolucionárias» e que para 800 000 trabalhadores se apresentou como uma proposta viável, como a alternativa para a situação.

Para o PCP a candidatura de Otelo visava «dividir e desorientar sectores da classe operária e das massas populares acerca da situação política real e das perspectivas da democracia portuguesa». O que o reformismo quer dizer, mas ainda não tem força, é que considera uma ilusão a luta pelo socialismo, considera assim que a alternativa é a democracia burguesa!

Os laivos de autocritica que o comunicado apresenta são o tratamento psicológico para aqueles que tendo o cartão do PCP no bolso, na sua prática política quotidiana têm cada vez menos que ver com a prática política do seu partido. No comunicado é afirmado que os factos estão mostrando a justeza da posição do PCP e das suas advertências. Que factos? No comunicado fala-se do «regozijo com que as forças reaccionárias, designadamente o PPD no comun icado do seu Secretariado Nacional», Que regozijo? Ou será que para o reformismo a «preocupação» expressa por Sá Carneiro, Freitas do Amaral, Mário Soares e Ramalho Eanes são os «regozijos» dos reaccionários? Na sua febre de caluniar o reformismo deturpa os factos reais.

«Ao mesmo tempo que se combatem, como inimigo principal, as forças

reaccionárias da direita que têm como objectivo a instauração de uma nova ditadura, é necessário lutar contra as tendências esquerdistas e aventureiristas de sectores que insistem no verbalismo contestatário, em planos golpistas, na definição de reivindicações realistas e demagógicas e no recurso sistemático a formas agudas de luta, que, na situação concreta, podem reforçar as posições da reacção, pretextar restrições das liberdades e medi-

das repressivas contra o movimento operário e popular e abrir caminho para a acentuação de uma política de direita e a instauração de uma nova ditadura» (sublinhados nossos).

A que planos golpistas se refere o comunicado? A calúnia e a falta de vergonha são tantas que acusam os outros da sua própria tática.

Para os revolucionários a saída nunca foram os golpes. Ou será que o PCP pretende acusar os revolucionários do golpe reaccionário do 25 de Novembro defendendo os argumentos da direita reaccionária??!!

Que significa a definição de reivindicações irrealistas? O mesmo que significou quando o reformismo caluniou a luta dos CCT. Significa que para o reformismo os trabalhadores têm que se calar face à recuperação capitalista, à miséria que se avizinha e que é devida à incapacidade demonstrada pelos anteriores governos da resolução da crise económica.

Para o reformismo há que reter as bonitas frases de Eanes, as suas promessas de democracia. No entanto, no parágrafo que citamos anteriormente

o PCP alerta para as reivindicações que podem «pretextar restrições das liberdades».

E quem vai aplicar? Aquele que hoje o PCP não hostiliza, aquele com quem, tal como o fez Spínola, o reformismo se pretende sentar na cadeiras do poder burguês.

«O Comité Central chama a atenção para o recrudescimento das actividades dos esquerdistas e tendências golpistas.

«O Comité Central alerta contra o caudilhismo e a teoria dos homens providenciais e dos salvadores.

Será que isto é uma autocritica do PCP ao «Vasco; Vasco», «Vasco voltará»? Ou é mais uma calúnia à campanha de Otelo quando este afirmou por várias vezes que os trabalhadores não tivessem ilusões porque a revolução nunca poderá ser feita por um homem?

É mais uma calúnia. Octávio Pato teve o descaramento de afirmar que nunca estiveram na FUR, tal como o comunicado do PCP tem o descaramento de afirmar que «os chamados GDUP's que procuram apresentar-se como «frente de massas» para mais facilmente encobrirem os seus objectivos divisionistas».

No entanto, no comunicado afirma-se que «nada de estranhar que, na luta contra o PCP, venham a aliar-se directamente forças de direita e esquerdistas que hoje se combatem. Onde vai então o PCP buscar o «regozijo» dos reaccionários face à candidatura de Otelo quando se combatem?

## NA UPEL

# Eleições, Órgãos Populares de Base e Partido em debate

Realizaram-se na UPEL, no dia 5 e no dia 12, debates sobre as eleições presidenciais e sobre questões relativas ao Partido, à organização popular de base e à construção do Socialismo.

Efectivamente, no primeiro debate fez uma introdução sobre a distribuição político-geográfica dos votos, sendo em seguida generalizado o debate onde se confrontaram várias posições quanto à interpretação dos resultados e à saída revolucionária para a crise; tendo essa intervenção inicial servido de base a um outro artigo do «Revolução», transcrevemos um trecho deste debate, em que o camarada abordou a situação do movimento de massas que surgiu da candidatura de Otelo, movimento unitário este que tem quatro componentes, sendo uma delas «os GDUP's e que para além dos GDUP's há as organizações populares de base, há os partidos que aderem a este programa, e há os militares progressistas que, saneados ou não fizeram uma opção clara para uma saída desta crise ao lado dos trabalhadores.

Estas quatro componentes são aquilo a que se pode chamar, neste momento um movimento popular em Portugal.

Uma delas a que arrancou com a candidatura, chama-se GDUP's e na verdade apresenta-se como uma am-

pla frente de massas.

Os Partidos já existiam antes; se se dissolvem agora ou não, depende da coesão ideológica das respectivas direcções, ou da justeza ou não justeza das suas análises da situação política actual.

Os órgãos populares de base, que foram extremamente manobrados, e que, com o 25 de Novembro, sofreram, um duro embate, são uma outra componente que é fundamental para o Socialismo.

E aqui, é evidente que há um debate ideológico a ser travado no seio das massas sobre a função dos órgãos populares de base e a função do partido na construção do Socialismo.

E depois há que ver como é que no processo português a componente militar vai funcionar.

Portanto, penso que são estas as quatro componentes que formam o actual movimento de massas; e já hoje sob pena de traição a essas massas, não há organização política nenhuma que se apodere desse movimento. Esta tentativa, de que já há sinais, seria fazer aquilo que o reformismo tem feito, que é tentar controlar as lutas reforçando os aparelhos partidários!»

No segundo debate, coordenado pelo camarada Carlos Antunes, foi realçada a importância dos órgãos po-

pulares de base, que neste momento já estão a sofrer a repressão da recente legislação do controlo operário; sobre este assunto o camarada referiu que essa legislação «é um grande atentado aos direitos de organização da classe operária, mesmo numa democracia burguesa. E aí podemos ver que a organização popular de base está mais ligada à questão da luta de classes concreta que se processa neste momento e à tentativa de recuperação capitalista do que aquilo que supõem os teóricos. Esta recuperação não pode ser feita sem destruir os órgãos autónomos da classe operária que foram criados já antes do 25 de Abril.

A burguesia está a deixar que neste momento os partidos existam, mesmo aqueles que se dizem a vanguarda mais que reconhecida pelo proletariado. No entanto, não está a deixar que as comissões de trabalhadores contínuem.

Acho extremamente curioso que a burguesia vá atacar a organização autónoma da classe e vá permitir que os partidos existam como têm vindo a existir. Há aqui um desafio aos partidos: o que é que eles vão fazer amanhã em relação à organização autónoma, às comissões de trabalhadores?»

# Como irá governar o PS?

Dentro de pouco mais de uma semana será apresentado ao País o programa e a formação do I Governo «definitivo», Governo P. S. Os diversos chamados grandes partidos políticos, desde os de direita aos reformistas, esperam como abutres os primeiros passos em falso desse Governo, para se aproveitarem cada qual a seu jeito, do seu fracasso, para todos já evidente. Mas para os trabalhadores e os revolucionários que sabem também a incapacidade que tal Governo irá demonstrar na resolução da crise, o momento não é de expectativa nem de busca de manobras de pressão, mas de organização em torno de uma alternativa nova e criadora que possa superar de uma vez por todas as jogatadas de gabinete dos políticos da burguesia.

## A CRISE ECONÓMICA

A constituição do seu Governo surge para o P. S. num momento extremamente difícil. Nos últimos meses, devido a interesses meramente eleitorais dos partidos representados no VI Governo impossibilitaram a este a aplicação de medidas de emergência necessárias a nível económico. Tal como os anteriores. O VI não conseguiu fazer qualquer planeamento económico, prosseguindo na política do «tapa buracos».

Isto permitiu que se chegasse ao actual gravíssimo estado da economia, em que os preços sobem, os bens de primeira necessidade faltam, as reservas em ouro estão no fim, o desemprego aumenta, a fome e a miséria ameaçam os trabalhadores e o povo.

E é agora que, passadas as eleições presidenciais, faz subir repentinamente preços desde os combustíveis aos jornais. Evidentes são os cortes de energia aplicados agora a toda a pressa e sem critérios, num momento em que a situação é já desesperada, como se há um mês não se visse ainda que o ano tinha sido de seca invulgar.

Estas medidas de despedida, nem sequer ajudarão a solucionar um milímetro da crise gravíssima provocada por meses e meses de política incapaz.

Parece-nos que a única explicação para estas resoluções de última hora é a ajuda que o VI Governo quer dar ao futuro Governo P. S., no sentido de não ser este obrigado a surgir como o primeiro promotor de soluções antipopulares no campo económico.

## AS DIVISÕES NO SEIO DO P. S.

As eleições presidenciais decorreram numa atmosfera extremamente incómoda para o P. S. Elas serviram para mostrar publicamente a sua imagem de descalabro como organização. Os problemas surgiram-lhe à partida, quando teve que apoiar um candidato que o P. P. D. tinha apoiado em primeira mão. A direcção do P. S., reconheceu desde o primeiro momento que a candidatura de Eanes não seria reconhecida por muitas das suas bases, por isso fez render o peixe e não apoiou logo. Depois veio Pinheiro de Azevedo a atirar pedras sobre o P. S., a denunciar o oportunismo dos seus dirigentes.

E muitos militantes deste Partido apoiaram Pinheiro de Azevedo e fizeram publicamente a sua campanha. Na Televisão um militante de Cascais denunciou a falta de democracia interna do Partido; e mostrou que as bases não tinham sido ouvidas quanto ao apoio a dar a Eanes.

Mas mais penoso ainda para o P. S., foram os numerosos apoios de mili-

tantes seus, trabalhadores, à candidatura revolucionária de Otelo. No Porto, no histórico comício pré-eleitoral de Otelo, um mineiro militante socialista fez parte da mesa, explicou o seu apoio a Otelo e apelou aos seus camaradas socialistas «de verdade» no sentido do apoio a esta candidatura como a única que apontava para o socialismo. E houve o núcleo de Setúbal seguido de muitos outros.

Quando Mário Soares diz que não há divergências no seu Partido e que os socialistas votaram em Eanes é apenas ridículo, porque basta ver o número de votos deste candidato e os revolucionários, os trabalhadores, a Revolução Socialista quem ganha

com a desagregação do P. S. Porque se por um lado alguns sectores deste se aproximam do P. P. D., radicalizando as suas posições de direita, a grande maioria dos militantes que deixam o P. S. é porque são verdadeiros socialistas e compreenderam que o Partido de Soares é um Partido social-democrata. E não é para o P. C. que eles vão, porque «gato escaldado de água fria tem medo». Muitos destes militantes querem agora uma autêntica alternativa de esquerda, uma alternativa decididamente revolucionária. Por isso muitos votaram Otelo, por isso, muitos estão organizados já nos G. D. U. P. S.

## GOVERNO P. S. — GOVERNO DE FRACASSO

Que o P. S. está desmascarado como Partido «socialista» não há já dúvidas. No entanto ainda há quem esteja na expectativa do que vai ser

Muitas das medidas que o Governo P. S. terá de tomar para se aguentar dois meses que sejam vão afectar fortemente a pequena burguesia, porque

vão fazer diminuir enormemente o seu poder de compra. E perdendo por um lado o apoio dos trabalhadores que lhe restam, por outro o da pequena burguesia, o que lhe fica?!

Por tudo isto o Governo P. S. será um Governo de fracasso.

## O GOVERNO DO P. S. TERÁ DE RECORRER À REPRESSÃO

E a luta de classes não pára. Ela vai agudizar-se. Os trabalhadores organizados, vão reagir às medidas antipopulares que vão surgindo. Não é por acaso que Soares diz que não pode ter só o apoio de formações políticas, mas também das organizações sindicais. Soares sabe que os trabalhadores se preparam para a luta.

Tem medo dos 17 por cento da votação em Otelo. Ele vê que essa votação foi sobretudo em zonas industriais e agrícolas e que não pode reconstruir o que quer que seja sem a indústria e a agricultura.

O Governo P. S. vai assim ser um Governo que vai ter que reprimir. Vai ter que historicamente tentar fazer os trabalhadores executar o seu jogo.



E ao Mário quem o escutará? ... Nem com um sorriso! Impossível

somar os votos para a legislativa do C. D. S., P. P. D. e P. S. Ou pretenderá Soares que foram C.D.S.'s e P.P.D.'s que votaram em Otelo?

Mas já antes, muito antes das eleições, as divergências no P. S. eram públicas. E isto sem falar já a nível de bases. Vejam-se a nível de cúpulas, os ataques que «A Luta» fazia a Lopes Cardoso.

## É A REVOLUÇÃO SOCIALISTA QUE APROVEITA DAS DIVISÕES NO P. S.

O P. S. é hoje indiscutivelmente uma amálgama de militantes socialistas e sociais-democratas. As suas cúpulas são sem dúvida predominantemente sociais-democratas.

Marcelo Rebelo de Sousa, no último «Expresso» mostra-se apreensivo quanto a esta situação que vai governar e diz que o único que luta com isto é o P. C. Não negamos que ao P. C. convém uma divisão no P. S. Não negamos que este Partido «gosta» de recorrer a manobras para pressionar, para conseguir um lugarzinho no Governo. Mas pensamos que são

o seu Governo. Já vimos atrás qual a situação económica sobre a qual ele vai governar. Também já vimos como hoje é o P. S. um Partido social-democrata do qual saem diariamente os militantes de esquerda. O que vai acontecer então? Uma tal crise económica só poderá ser resolvida por um Governo dos trabalhadores que aplique rígidas medidas de austeridade aceites por estes. Um Governo que faça uma planificação socialista da economia. Só assim os trabalhadores podem estar dispostos a fazer sacrifícios para a reconstrução do seu país.

Mas será isto o que o P. S. vai fazer? É evidente que não. Partido ligado ao grande capital internacional, vai abrir as portas ao imperialismo que exigirá aos trabalhadores pesados juros. Os bens de primeira necessidade faltarão cada vez mais, e subirá de preço. Os problemas da habitação não serão resolvidos porque o P. S. também conta em muito do seu eleitorado com os senhorios e os construtores civis.

O desemprego continuará porque um partido de conciliação de classes não o pode resolver.

Raul Rego está cheio de dizer no seu pasquim que estes dois anos foram de destruição e o que se segue tem que ser a reconstrução. O que ele quer dizer é que não se admitem reivindicações nem lutas de trabalhadores e agora é a burguesia quem manda.

Não é por acaso que o nome do spinolista Firmino Miguel tem sido indicado como participante no elenco governamental.

## A ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA

Como afirmámos atrás só uma alternativa revolucionária resolverá a crise actual. E é dessa alternativa que a direcção P. S. tem medo. Há que fazê-la ter mais medo ainda. Há que desenvolver os G. D. U. P. S., o poder popular. É tarefa fundamental avançar para o congresso dos G. D. U. P. S., fortalecendo-os, discutindo propostas de acção, impedindo que sejam recuperados por forças oportunistas, defendendo neles a organização autónoma dos trabalhadores. Só assim a queda do Governo P. S. aproveitará à Revolução Socialista e não ao fascismo.

## dos estudantes



Centenas de estudantes deslocaram-se de Coimbra a Lisboa para participarem na manifestação pela liberação de Fausto Cruz

### FAUSTO CRUZ

## "A luta dos estudantes é a mesma dos trabalhadores"

Continua a arrastar-se o caso Fausto Cruz. Os tribunais tornaram-se impotentes para o resolver, pois do Tribunal Militar passa para o Civil e deste volta ao Militar. Na primeira sessão do julgamento, o qual foi adiado, sendo uma das razões invocadas para esse adiamento a de que existia uma nova lei, e portanto Fausto Cruz não poderia ser julgado pela antiga lei, mas sim pela nova. Agora já invocam de que o julgamento terá que ser feito pela lei que àquela data vigorava.

Enfim, o poder não sabe bem como «descaçar esta bota», e terá que contar com a mobilização dos trabalhadores e estudantes à volta deste caso, e com a resposta que estes darão, se por acaso se atreverem a condenar Fausto Cruz por causa de uma navalha!

É o próprio Fausto Cruz que nos fala da forma como foi preso e do movimento que a sua prisão gerou no seio dos trabalhadores e ainda do resurgir do movimento estudantil que desde 1969 se encontrava praticamente morto.

### FUI PRESO PELA JUVENTUDE CENTRISTA

«Eu fui preso no dia 4 de Abril enquanto decorria um comício do CDS, em Coimbra, no Estádio Municipal. Fui preso pela Juventude Centrista que estava a fazer segurança ao comício, entre os quais estavam alguns ciganos e retornados. Aliás um dos que posteriormente me foi denunciar era um retornado de Famalicão.

Eu estava ali, junto com pessoal da esquerda que tinha ido ver como

decorria a concentração dos fascistas. Fui reconhecido por tipos da Juventude Centrista que frequentavam o mesmo liceu que eu. Eles denunciaram-me ao resto dos CDS's que me perseguiram. A única hipótese que me restava seria tentar escapar de qualquer maneira porque é natural que num comício onde havia muita gente do CDS, muitos fascistas, um gajo ali isolado não tinha hipótese nenhuma. A perseguição foi feita por 25 a 30 gajos. Eu comecei a caminhar à frente deles. Pensei quais seriam as minhas hipóteses de escapar, porque as ideias dos gajos será lixarem-me. A única hipótese que me surgiu foi estar ali um carro da polícia. Eu dirigi-me ao carro da polícia e pedi protecção. As palavras com que me dirigi foram: «Sr. polícia estes tipos aqui perseguem-me, eu não sei porquê.» e a resposta dele foi: «Ah perseguem-no, a gente já vai ver isso». Mas lembro-me que antes de chegar mesmo junto da polícia, aí 10 metros antes, os gajos conseguiram alcançar-me e fizeram uma roda, onde se via a ideia nítida de me darem porrada. Consegui furar o círculo e alcançar a polícia. Como se viram frustrados dos seus intentos, houve dois deles, um dos quais o tal gajo de Famalicão, identificaram-se como sendo do serviço de ordem do CDS e fizeram uma denúncia de suspeita do petardo que tinha estourado pouco antes. A partir desse momento eu fui detido para averiguações e quando nos encaminhávamos para o carro para ir para a esquadra foi então que eu deixei cair a navalha que depois veio a ser o motivo deste processo. Deixei cair e eu, instintivamente, baixei-me para a agarrar, dei a navalha ao polícia e a partir daí fui preso. Dormi essa noite na esquadra da PSP.

No dia seguinte soube que o meu processo era um processo sobre a Justiça Militar»

### UMA NAVALHA — MOTIVO PARA TRIBUNAL MILITAR

«Passei pelo Quartel General a deste para a penitenciária, onde estive dois meses e oito dias. Vim a ser visitado por um capitão que iniciou o inquérito e me deu a conhecer que a minha detenção nem sequer tinha direito a caução. Foi então que se iniciaram as movimentações que viriam a ser as grandes movimentações dos estudantes a que as massas trabalhadoras aderiram. Todo esse processo veio a traduzir-se na grande manifestação que se realizou em Coimbra onde se supõe que estivessem 8000 pessoas, trabalhadores e estudantes com os mesmos objectivos na mesma luta, contra a situação de injustiça em que eu me encontrava, mas contestando essencialmente o sistema e a sociedade em que nos encontramos, o sistema capitalista.

Portanto, esta forma de luta veio a trazer frutos, o CR veio a tomar uma posição de recuo perante o avançar da luta em Coimbra. O decreto veio a ser modificado, no entanto o decreto continuou na sua essência, a dar uma margem de interpretação para o meu caso. Eu continuava e continuo a poder ser condenado a bastante tempo de prisão.

Passei de Justiça Militar a Civil, e seria julgado a 14 de Junho dado que ainda não tinha sido publicado oficialmente o dito decreto, o julga-

mento foi adiado para dia 8 de Julho. A verdade é que posteriormente, com a vitória de Ramalho Eanes, os juizes que me deveriam julgar no dia 8 vieram a encontrar-se perante uma situação que para eles seria difícil. Ao mesmo tempo que uma grande movimentação de massas lhes faria de certa maneira a tomar posição favorável ao caso que iam julgar. Por outro lado, com a vitória de um militar que ameaça a esquerda, que ameaça tomar medidas de segurança para a burguesia, um militar que reforça assim a instituição judicial que lhes dá poderes, novas condições para julgarem à vontade e sem medo. Os juizes vieram a encontrar-se numa situação em que por um lado tinham medo da movimentação popular que se desencadeou e por outro não tinham menos medo das instâncias que lhes são superiores, e nesta situação, tomando uma posição de abstenção, acabaram por pôr o meu caso em piores condições vindo provocar toda a movimentação que os estudantes de Coimbra tinham desencadeado e apoiaram assim a classe dominante no poder.

### OS JUIZES RECUSAM-SE A JULGAR

Neste momento, os juizes recusam-se, dizendo ironicamente que são incompetentes, recusaram-se a julgar hoje, dia 8, alegando que se o Tribunal Militar começou o inquérito, o processo será feito em tribunal militar, até porque eles vão à Constituição e parece que eu terei que ser julgado segundo a lei que então vigorava, na altura em que fui detido. Portanto, neste momento, o Tribunal Militar não se pronunciou ainda. Mas a verdade é que se o Tribunal Militar já me tinha passado para um Tribunal Civil também o Tribunal Militar se julga incompetente para resolver o caso. Um caso destes devia ser, segundo a Constituição, resolvido num tribunal de conflitos que neste momento não existe e portanto o meu caso arrasta-se»

### O RESSURGIR DO MOVIMENTO ESTUDANTIL

«O movimento que se desenrolou em Coimbra poderá ser visto sob vários aspectos. O 1.º deles é o movimento estudantil. Os estudantes de Coimbra desde 69 que não assistiam a uma manifestação tão activa como a que hoje se verificou. Ainda há dois meses um estudante ou qualquer outra pessoa que interrogasse sobre a força do movimento estudantil, especialmente em Coimbra, nós dizíamos que o movimento estudantil estava moribundo, como força não existia, os estudantes estavam divididos por forças partidárias, não tinham interesses comuns, etc.

A verdade é que estas manifestações vieram provar o contrário, vieram provar que o movimento estudantil tem objectivos comuns. Os estudantes continuam a ter uma posição definida quando se trata de uma luta activa e militante contra as injustiças, desde a injustiça judicial até à injustiça de exploração do sistema capitalista.

A luta dos estudantes é a mesma dos trabalhadores, tal como se verificou agora em Coimbra, em que organizações populares de base, sindicatos, etc, se solidarizaram com os estudantes e estiveram na luta com eles, porque os objectivos são os mesmos».

## MATOSINHOS

# As conserveiras em luta pela negociação do CCT

As operárias conserveiras de Matosinhos encontram-se em luta para pressionar o patronato a negociar o contrato.

Por duas vezes foram marcados locais e datas para se proceder à negociação, por duas vezes o patronato faltou.

As operárias conserveiras decidiram então, fazer um abaixamento da produção e montar piquetes de vigilância nas empresas para impedir a saída de mercadorias, até à negociação do contrato.

O «Revolução» entrevistou uma camarada operária, dirigente sindical (presidente da assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias de Conserva do Norte) que nos falou sobre a luta desencadeada e os seus objectivos.

**Rev. — Como é que começou a luta das operárias conserveiras?**

**Operária —** A nossa luta foi desencadeada em torno do contrato colectivo de trabalho, onde foi denunciado um novo contrato colectivo, onde se pede a revogação de algumas cláusulas, nomeadamente as 45 horas semanais de 2.ª a 6.ª feira, o 13.º mês, 30 dias de férias e o respectivo subsídio. Outras regalias a conquistar no novo contrato é o subsídio de doença, ou seja a Caixa dá 60 por cento remetidos directamente à entidade patronal e é esta por sua vez que completava os 100 por cento diários.

**Rev. — No antigo contrato que regalias sociais usavam as operárias conserveiras?**

**Op. —** Os homens têm a garantia de 45 horas semanais de 2.ª a sábado e têm o ordenado mensal de 5700\$00. Nós as mulheres só temos a garantia de trabalho na carta, de 32 horas semanais, ou seja surante o período de Junho até fins de Janeiro e durante os 4 meses de defeso que são os meses de Fevereiro a Junho, 24 horas semanais, como não temos a garantia de trabalho durante todo o ano, nem o salário recebemos nos meses em que não atingirmos as 45 horas semanais.

Ainda não cumpriram.

Quanto ao subsídio de Natal o antigo contrato só nos dava direito a duas semanas. Nós, no novo contrato, reivindicamos os salários de 5700\$00 e garantia de trabalho de 45 horas de 2.ª a 6.ª feira, durante todo o ano, igual a todos os trabalhadores e pedimos salários para os homens de 7500\$00 pedimos também o 13.º mês, garantia, que a maioria dos trabalhadores no nosso país têm e gozam já. Embora haja alguns patrões que garantem já as 45 horas semanais, infelizmente só se verifica isso com dois patrões. Convém dizer que a maioria dos patrões roubam os operários nas suas férias, por estas faltarem por motivo de força maior. A entidade patronal desconta no ordenado mensal a falta das operárias e, simultaneamente nas férias, hora isto está mal. Pois a cláusula 16, n.º 3 do contrato ainda em vigor, diz que a entidade patronal descontando no ordenado as faltas dadas pelos operários, essas mesmas faltas não poderão ser descontadas nas férias.

**Rev. — Vocês já foram ao encontro das entidades competentes, nomeadamente Ministério do Trabalho para intervir no vosso problema sobre as férias?**

**Op. —** Já contactámos o Ministério do Trabalho mas este afirmou-nos que até fins de Setembro nada podia fazer, pois e nessa altura que as terias terminam. Alguns patrões já estão a pagar os 100 por cento sobre o subsídio de férias, embora numa reunião em Lisboa junto com o Ministério do Trabalho o sr. Palhão da fábrica António A. Lucas, em Matosinhos disse que não pagava e aconselhava os colegas a não pagarem pois enquanto as ordens fossem do Ministério do Trabalho não ligava nenhuma e quando tivessem alguma coisa a resolver iam directamente a Lisboa. Eles têm feito do contrato colectivo de trabalho assinado em 1 de Julho de 1975 que foi denunciado pelo sindicato em 1976, o que têm querido e apetecido. Ora a meu ver se eles não podiam dar que não assinassem eles até têm a pouca vergonha de dizer que assinaram porque foram ameaçados, que nós se eles não assinassem até os punhamos pela janela fora. Vêm com essa conversa para os operários como se fossem crianças de três ou quatro anos, como se nós já não soubéssemos o que eles querem.

**Rev. — Portanto esta luta foi desencadeada em torno do contrato denunciado pelo sindicato. Es capaz de nos dizer o que se passou?**

**Op. —** Os patrões têm-se negado a conversar. Em primeiro lugar marcou-se para Matosinhos onde faltaram os patrões do Sul; posteriormente marcou-se para Portimão onde faltaram os patrões do Norte.

**Rev. — A entidade patronal não apresentou uma proposta para a data da reunião?**

**Op. —** Sim, apresentaram para a segunda quinzena do mês de Julho, portanto do corrente. Mas, pergunto eu, porque é que os industriais querem a segunda quinzena do mês de Julho? Porque é que eles não foram às negociações quando estava marcado e tudo organizado? Será que a segunda quinzena do mês de Julho os vai favorecer? Será que nós operárias conserveiras vamos consentir uma volta ao fascismo? Consentir que nos roubem como têm feito até aqui? Que trabalhe-mos mesmo durante a noite fora como já o fizemos e em vez de receber 22\$10 à hora e agora que pedíamos 5700\$00 mensais isto para discutir. Ou querem que volte aos 2\$50 à hora novamente? Como antigamente e a trabalhar até às 5 e 6 horas da madrugada na altura em que o peixe está à venda na praia a 7\$50 e a 10\$00 e quando o peixe for caro pôr-nos na rua? É isso que os industriais das conserveiras querem? Na minha ideia é

— Já duas reuniões tinham sido marcadas com o patronato para a negociação do CCT. Uma em Matosinhos onde faltaram os patrões do Sul, outra em Portimão onde faltaram os patrões do Norte.

— Na grande maioria das fábricas os operários aderiram ao abaixamento da produção e à formação de piquetes de vigilância para impedir a saída de mercadorias, no sentido de pressionar o patronato a negociar o contrato de trabalho.

— No dia 13 de Julho de 1976, na Afurada, o gerente da fábrica de conservas Benito Garcia bateu numa delegada sindical e queria pô-la fora da fábrica.

As operárias do Benito Garcia contactavam com os piquetes de vigilância dos trabalhadores de Matosinhos, que imediatamente se deslocavam para lá no sentido de auxiliarem os camaradas que se encontravam na mesma luta.

— O gerente ao ver os trabalhadores de Matosinhos chegou e fugiu. A delegada sindical agredida continuava na fábrica e a luta seguiu em frente.

— Na fábrica de conservas Vasco da Gama, todas as operárias se mantiveram dentro da empresa, dia e noite formando os piquetes de vigilância.

da maioria das camaradas é isso mesmo, mas há a cantiga do Zé Afonso, que eu gosto muito e que diz «O povo é quem mais ordena» e, eu, mais uma vez digo: — «O Povo é quem mais ordena».

Aqui faço um apelo ao sr. ministro do Trabalho e ao Governo para pôr os olhos nos trabalhadores das indústrias de conserva, porque começamos a ser iguais aos trabalhadores rurais do Alentejo, construção civil, padeiros etc.

**Rev. — Segundo temos conhecimento está a ser exercida alguma repressão em torno da vossa luta...**

**Op. —** Sim, já hoje andou a Polícia atrás dos piquetes que estão às portas a não deixarem sair a mercadoria. Fomos ter com eles e perguntámos qual era a sua missão, se é estarem a meter-se na vida das conserveiras que estão a olhar pela vida delas ou se é andar pelas ruas a cumprir uma

missão cívica? E, fiz-lhes uma pergunta: Quanto eles querem andar a ganhar o pão, se eles também não lutam? Eles responderam que sim! Eu dei-lhes como resposta: «Eu também era capaz de fazer como os senhores fazem andar sentada num carro a passear pelas avenidas, também não me importava de ganhar menos, eu afinal não fazia serviço nenhum». Eles disseram-me «Boa tarde...».

**Rev. — Isto demonstra uma política do VI Governo em que está a ser criada a repressão a todos os trabalhadores.**

**Op. —** Sim pois já hoje em Vila do Conde o patrão Manuel Barroso da fábrica Silva Serrano bateu numa operária e chamou a GNR que entrou dentro da fábrica e tentou convencer os operários que tinham que produzir e deixar sair os embarques, porque os patrões tinham muitas dívidas: Per-

Continua na pag. 16

## COMUNICADO DO SINDICATO

1 — Os operários conserveiros sempre foram os trabalhadores mais explorados deste País. Antes do 25 de Abril os trabalhadores conserveiros tanto podiam trabalhar dias e noites seguidas, como estar longos meses sem que lhes fosse dado trabalho.

Depois do 25 de Abril foram conseguidas novas condições de trabalho, que em muito pouco vieram melhorar a situação anterior. De facto, ainda hoje muitos trabalhadores estão a trabalhar 24 horas semanais a 22\$10, porque não lhe dão mais que fazer.

2 — Face a esta situação os sindicatos da Indústria de Conservas têm procurado repetidas vezes que o patronato se sente à mesa de negociações para o novo Contrato Colectivo de Trabalho que assegure aos operários conserveiros a elemental garantia do direito ao trabalho — remunerações dignas e indispensáveis para fazer frente ao constante aumento do custo de vida.

3 — Perante a recusa sistemática do patronato em iniciar as negociações do CCT, os operários conserveiros decidiram pelo emprego de novos métodos de luta. Recusando a greve por entenderem que ela favorecia os intentos industriais e, vir prejudicar os pescadores, foi acordado a redução da produção diária e o impedimento de saída de conservas das fábricas.

4 — Hoje, este sindicato tomou conhecimento que a PSP tinha sido chamada por um patrão, para intervir junto dos piquetes de trabalhadores que em Matosinhos, participam activamente na luta de todos nós, por condições de trabalho mais justas e pelo direito ao trabalho.

5 — Perante este grave atentado contra a liberdade sindical, e manobras intimidatórias pelos quais fora chamada a colaborar os agentes da PSP, não podemos deixar caladas a indignação e o nosso vivo protesto. As forças da ordem foram colaborar ao serviço dos interesses do patronato e, contra os interesses dos trabalhadores deste País. Mas não será tal actuação que impedirá os operários e operárias conserveiras de prosseguirem na justa luta por melhores condições de vida e de trabalho.

UNIDOS PELO DIREITO AO TRABALHO  
PELO NOVO CONTRATO COLECTIVO DE TRABALHO

13/7/76.

## nos bairros

## MATADUÇOS

A c. moradores em luta  
contra o caciquismo local

A exemplo do que vem acontecendo, em todo o País grupos de provocadores às ordens dos fascistas do CDS e do PPD, passaram nitidamente ao ataque sobre os bastiões de poder popular existentes no Centro e Norte do País.

«Revolução» foi a Mataduços onde a comissão de moradores tem sofrido desde calúnias a agressões físicas, passando por ameaças de morte e incêndio de casas dos membros da comissão de moradores.

«Revolução falou com dois membros da comissão.

«Revolução» — Sabendo nós que a vossa comissão de moradores tem o apoio da quase totalidade da população a que é que se deve esse apoio?

Primeiro membro da comissão de moradores — É através das obras já efectuadas e das que estão planeadas para o futuro, que a população, principalmente os trabalhadores pobres, nos dão todo o seu apoio.

«Revolução» — Pode especificar algumas dessas obras?

Primeiro membro da comissão de moradores — Desde Abril de 1975, data em que a comissão foi eleita a nossa preocupação foi de trabalhar para Mataduços pois foi para isso que a comissão foi criada. Assim, nós começámos por arranjar um poço na escola, comprámos um motor eléctrico e canalizámos a água para as crianças beberem, seguiram-se o arranjo de um recinto para a prática do desporto, arranjo da escola, levantamento de muros e arranjo de ruas, colocação de placas toponímicas, arranjo de fontes, lançamento de cursos de alfabetização que permitiram já, a aprovação no exame da 4.ª classe de 20 moradores, estando inscritos mais de 20. Conseguimos em contacto com uma empresa rodoviária, que esta se deslocasse a Mataduços todos os dias, de modo que os horários satisfizessem os anseios dos trabalhadores das fábricas. Lembro que esses horários assim como qualquer outra realização terá que ter a aprovação e participação da maioria dos moradores.

«Revolução» — Perante o trabalho realizado como justifica os ataques à comissão?

Primeiro membro da comissão — Antigamente esses senhores eram os líderes. O 25 de Abril trouxe a possibilidade de nos politizarmos, e começámos a pôr em prática essa política. Como a nossa política era e é a defesa dos interesses dos trabalhadores de Mataduços, começámos logo a trabalhar com todos os interessados na realização das obras que eram prioritárias. Tivemos a colaboração de alguns grupos de Aveiro que nos ajudaram. Os ataques à comissão começaram passados que foram 4 meses de trabalho. Inicialmente diziam que a comissão não tinha sido eleita democraticamente. Mas isso não é verdade, é que esses senhores que defendem outros interesses que não são o dos trabalhadores queriam entrar para a comissão, mas nós que somos pobres, fizemos mais em 4 meses do que eles em 40 anos.

A nossa comissão quer outra sociedade, que não é a que esses «cães» querem, nós queremos uma sociedade socialista. Nós ao contrário de muitas outras comissões reaccionárias vamos

exigir junto das autarquias, mas essas autarquias sabem que nós só queremos os materiais porque a mão-de-obra damos-la nós, em contrapartida essas comissões CDS e PPD, que só lá vão exigir e que não querem trabalhar são comissões de exploradores, essas não interessam. Se todas as comissões de moradores fossem como a nossa o poder popular estava implantado em Portugal.

Não é do agrado desses senhores, caciques às ordens do CDS verem os pobres de Mataduços à frente deste processo pelo que se sentem ofendidos. Diziam que a comissão nunca tinha sido precisa por isso não era necessária, e que a comissão era toda comunista pelo que tinha que acabar. Eu então pergunto: se as comissões não são precisas, então para que é que eles querem pertencer à comissão?

As provocações foram-se sucedendo, até que esses senhores conseguem reunir assinaturas para convocarem um plenário para nos destituírem.

«Revolução» — Mas ganharam nesse plenário? Porquê?

Segundo membro da comissão — A união em torno da comissão de moradores é grande e nesse plenário vencemos novamente (243 contra 159), mas os fascistas tiveram essa votação porque votaram indivíduos que não eram de Mataduços, indivíduos esses filiados em partidos reaccionários. Ficou decidido que num próximo plenário se teriam que apresentar projectos de estatutos. Assim realizou-se no passado dia 3 um plenário que foi precedido de comunicados deturpantes e conferência de Imprensa no restaurante Galo D'Ouro. Tanto os comunicados como a conferência de Imprensa marcadamente eleitoralistas, visavam a aprovação dos seus projectos de estatutos.

«Revolução» — Que se passou nesse último plenário?

Segundo membro da comissão — A população está com a comissão, assim esses cães tomando consciência desse facto prepararam-se para boicotar o plenário pela violência, munindo-se de tubos de ferro e de borracha. Decorriam 15 minutos depois do começo do plenário quando esse bando às ordens do CDS desatou à cacetada. A GNR que se encontrava em Mataduços antes do plenário começou só aparecer quando a violência reaccionária ou seja a «democracia» do CDS estava a finalizar. Condenamos a passividade da GNR que parece defender todos os interesses menos os dos trabalhadores.

«Revolução» — Qual a resposta que pensam dar a esses caciques?

Primeiro membro da comissão — Como resposta temos o nosso traba-

lho em prol desta terra e dos seus verdadeiros moradores.

«Revolução» — Qual a reacção dos moradores aos acontecimentos?

Segundo membro da comissão — Os moradores repudiaram as agressões de que foram vítimas por parte do bando do Manuel Canelas (cão às ordens do CDS).

«Revolução» — Qual a composição social e condições económicas dos moradores?

Primeiro membro da comissão — Há 4 ou 5 ricalhaços, um deles é esse Manuel Canelas que possui bastantes terrenos em Eixo e é empregado bancário, o resto dos moradores traba-

lham no campo (pequenos agricultores) ou trabalham em fábricas. Vive-se mal em Mataduços onde há moradores que ganham muito pouco. Mataduços era uma terra calma, onde se trabalhava, tudo ia bem até que esses cães começaram a atacar, provocando e agredindo a população, mas a reacção não passará em Mataduços, não tenho medo deles, já me ameaçaram de morte e incêndio à casa.

Vive-se actualmente em Mataduços de agressões durante a noite a elementos que apoiam a comissão de moradores. Enfim é a ordem desses cães às ordens do CDS.

## FETAIS

Bairro operário  
sem água

Quando é que os bairros operários conseguirão resolver os seus problemas?

Neste momento, grande número de bairros enfrenta graves dificuldades sanitárias, em virtude da pouca água existente.

Fetais não tem água há mais de um mês. Ao mesmo tempo assistimos a gastos inúteis tais como: a manutenção por parte da burguesia das piscinas cheias e os seus jardins regados. Trabalhadores sem água para beber, burgueses com água para as flores.

Tendo a Câmara de Loures dito às comissões de moradores das zonas afectadas pela falta de água que o problema se resolvia com a canalização de um depósito (que está construído há dois anos), as Comissões de Moradores do bairro da Boa Vista, Fonte da Pipa, Fetais de Baixo, Bairro do Grilo e Miraloures reuniram-se para discutir e resolver o problema.

O primeiro passo dado neste sentido foi contactar o dono de um terreno por onde a canalização teria de passar, ao que esta se deu. As comissões apesar disto propuseram que fosse fechada a água a bairros da zona de Camarate, por a terem durante todo o dia, desta forma a água chegaria aos bairros necessitados.

No seguimento desta proposta o engenheiro Rui Lopes, da Câmara de Loures disse-lhes que o problema não se resolvia fechando a água a Camarate. Apesar disto as comissões decidiram avançar e fecharam a água a Camarate durante uma noite, do que resultou que a água chegou a todos os bairros.

Entretanto as referidas comissões de moradores contactaram os moradores de Camarate, os quais não se opuseram a que a água lhes fosse reduzida em proveito dos outros bairros

A Câmara ao longo deste processo

tem jogado na divisão dos moradores dando que um camarada de Fetais telefonou para a Câmara, perguntando as causas da falta de água. Foi-lhe respondido que o problema se devia ao Bairro da Zona da Boa Vista. Logo de imediato o mesmo camarada, fazendo-se passar por morador da Boa Vista, telefonou de novo para a Câmara perguntando as causas da falta de água no Bairro da Boa Vista, tendo-lhe sido dito que o problema se devia ao bairro de Fetais. O mesmo camarada quis saber com quem estava a falar e o funcionário da Câmara desligou de imediato sem se identificar.

Porque joga a Câmara de Loures na divisão dos trabalhadores?

Neste momento verifica-se em Fetais unidade e organização dos trabalhadores à volta dos seus problemas. Entretanto e mais do que nunca, o aparelho de Estado burguês tenta tudo para dividir os trabalhadores pois só assim conseguirão a instauração da social-democracia.

Assim devido ao avanço dos trabalhadores, tenta destruir as suas organizações (C. M.s, C. T.s, Concelhos de Aldeia e G. D. U. P.s) a burguesia só conseguirá formar o seu aparelho de Estado burguês, utilizando os seus sistemas repressivos contra o avanço do poder popular. Em oposição a isto os trabalhadores terão de se organizar (neste caso concreto passando pela unidade e organização dos moradores e trabalhadores com o objectivo da resolução da falta de água) para assim conseguir a tomada do Poder e o objectivo da Revolução Socialista.

Neste momento a situação é bastante concreta. Ou os trabalhadores se organizam e avançam para a tomada do Poder e temos a Revolução Socialista, ou deixamos o Estado continuar com as suas medidas anti-operárias avançando estes com a repressão e teremos o fascismo.



# ANÁLISE DOS RESULTADOS ELEITORAIS

Perante a larga movimentação de massas, que se desencadeou com a candidatura de Oteio e que se exprimiu na votação de 16,25%, o «REVOLUÇÃO» inicia agora uma série de artigos para tentar explicar o fenómeno deste resultado eleitoral, e retirar as suas consequências.

Nesta primeira parte serão apresentados os resultados globais mais importantes sem tentar explicações, mas tendo como primeiro objectivo o fornecimento de dados estatísticos minimamente elaborados. A perspectiva desta análise será

essencialmente à volta da votação de Oteio. Não se trata apenas de explicar esta votação, mas compreender esta realidade política, detectar a implantação deste movimento de massas e possibilitar uma análise tanto quanto possível rigorosa, em vista ao trabalho para as eleições das autarquias locais. Para esta análise o que se limita só ao Continente, foram constituídos cinco grandes blocos a partir da divisão dos distritos, tendo como critério a percentagem da votação Oteio, o que corresponde também a uma realidade socioeconómica, política e cultural.

1 — BRAGANÇA 3,33% VISEU 3,90%  
VILA REAL 4,07% GUARDA 4,24%

Este primeiro bloco representa 11,63% dos inscritos e 10,72% dos votantes sendo aqui que as abstenções atingem a mais alta percentagem (30,31%).

Eanes obtém 56,11% dos inscritos e perde 81 477 votos em relação ao conjunto dos partidos que o apoiaram.

Azevedo obtém 58 226 votos o que corresponde a 11,64% e o Pato 11 648 perdendo assim 3500 votos em relação ao resultado do PC para a Assembleia da República. É neste bloco que a perda do Pato em relação à votação PCP para a Assembleia da República atinge a percentagem mais baixa, 23,1%.

Oteio obteve 19 282 votos (3,85% dos votantes). Nestes quatro distritos, apenas em 11 concelhos a sua votação ultrapassa 5% e em três destes os 8%. Gouveia; (8,02%), Manteigas (9,59%), e Montalegre (8,93).

Neste bloco onde a votação Oteio é extremamente fraca, situam-se, no entanto, algumas freguesias com resultados bastante significativos. Feita uma análise das freguesias, com uma votação no Oteio superior a 12% obtomos os seguintes resultados:

## UISEU

Concelho	Freguesia	%
Armamar	Folgosa	23,53
Lamego	Avoes	20,86
S.J. Pesqueira	S.J. Pesqueira	18,49
Tarouca	Ucanha	13,57
Penedono	Antas	43,86

## VILA REAL

Concelho	Freguesia	%
Alijó	Pinhão	12,77
Chaves	Vilas Boas	13,04
Mesão Frio	Cidadelhe	18,56
Montalegre	Cabril	33,33
	Montalegre	13,53
	Outeiro	21,35
	Padornelos	15,73
	S. André	48,72

## BRAGANÇA

Concelho	Freguesia	%
Alfândega da Fé	Eucísia	16,39
	Pombal	13,97
Carraxede de Ansiães	Ribalonga	12,80
Miranda do Douro	Sedim	13,89
Mirandela	Navalho	13,38
Tor. Moncorvo	Felgar	14,08

## GUARDA

Concelho	Freguesia	%
Gouveia	S. Pedro	13,44
	Vila Cortes	13,41
	Vinho	17,05
Seia	Cabeça	26,63
	Loriga	17,45
	Sabugueira	12,82
	V.N. Coalheira	24,17
Guarda	Gonçalo	13,44
	Panóias Cima	14,12
	Videmonte	18,25
Manteigas	Sameiro	14,82

	INSCRITOS	VOTANTES	APOIOS A EANES	EANES	AZEVEDO	PCP A.R.	PATO	OTEIO
BLOCO 1 Bragança Vila Real Guarda Viseu	717.910	500.335	484.301	402.825	58.226	15.150	11.648	19.282
BLOCO 2 Aveiro V. do Castelo Braga	928.232	729.020	689.651	523.184	122.613	34.554	20.778	53.528
BLOCO 3 Porto Coimbra C. Branco Leiria Portalegre	1.809.326	1.383.702	1.252.831	899.039	240.907	133.399	73.441	153.354
BLOCO 4 Santarém Faro Lisboa	2.015.865	1.510.544	1.174.146	811.090	188.495	334.536	144.727	349.303
BLOCO 5 Évora Setúbal Beja	700.073	544.439	279.041	172.805	48.956	264.405	109.089	208.343
TOTAIS	6.171.406	4.668.040	3.879.970	2.808.943	659.197	782.044	359.683	783.810
			-1.071.027			-422.361		

É de salientar que estas freguesias com mais de 12% se situam em três zonas: no triângulo industrial Gouveia-Seia-Manteigas, no concelho de Montalegre e numa zona um pouco mais dispersa situada entre Vila Real-Alfândega da Fé e o Rio Douro.

2 — VIANA DO CASTELO 6,92%  
AVEIRO 6,97%  
BRAGA 8,02%

Este segundo bloco inclui 15,04 dos inscritos e 15,61 dos votantes. É neste bloco que encontramos a mais baixa percentagem de abstenções: 21,46%.

Eanes que perdeu aqui 166 460 votos em relação aos partidos que o apoiavam, atinge neste bloco a sua maior percentagem em relação aos inscritos: 56,36%.

Azevedo ultrapassa neste bloco a sua média nacional obtendo 16,82% e atinge no distrito de Braga 18,99.

Pato perdeu 13 776 votos em relação à Assembleia da República, tendo atingido em Viana do Castelo 3,74%, a sua maior percentagem nestes sete distritos. (1.º e 2.º bloco).

Oteio obtém neste bloco 53 528 votos equivalendo a 7,34% dos votantes e em onze concelhos uma votação superior a 7%, com o máximo no concelho de Viana

do Castelo 14,28%.

Começa neste bloco uma implantação significativa se analisarmos as freguesias: 58 situam-se entre os 12/17%; 27 situam-se entre os 17/22%; 17 com mais de 22%.

Estas freguesias têm um interesse particular pois indicam-nos as cinco zonas de maior votação destes dois blocos a norte do Rio Douro.

## BRAGA

Concelho	Freguesia	%
Barcelos	Arcózel	24,22
	S. Martinho V.F.	23,80
	S. Pedro V.F.	24,69
Braga	Crespos	26,36
	S. Lucrecia de Algriz	22,84
Guimarães	Moscatelos	24,79
	S. Martinho	25,69
	Santiago	33,56
V.N.Famalicao	Carreira	22,12
	Novais	23,58
	S. Eulália	38,56

## VIANA DO CASTELO

Concelho	Freguesia	%
Viana Castelo	Areosa	25,24
	Darque	25,08
	Meadela	25,63
	Monserate	25,74

## AVEIRO

Concelho	Freguesia	%
Feira	Fiães	28,89
Oliveira de Azeméis	Maçeira de Sarnes	27,78

3 — LEIRIA 9,15% COIMBRA 9,63%  
CASTELO BRANCO 11,33%  
PORTO 11,59% PORTALEGRE 16,63%

Estes cinco distritos correspondem a 29,32% dos inscritos e a 29,64 dos votantes. Eanes obtém 49,67% dos inscritos, tendo como mínimo em todos os distritos analisados até agora, 43,35% dos inscritos em Portalegre.

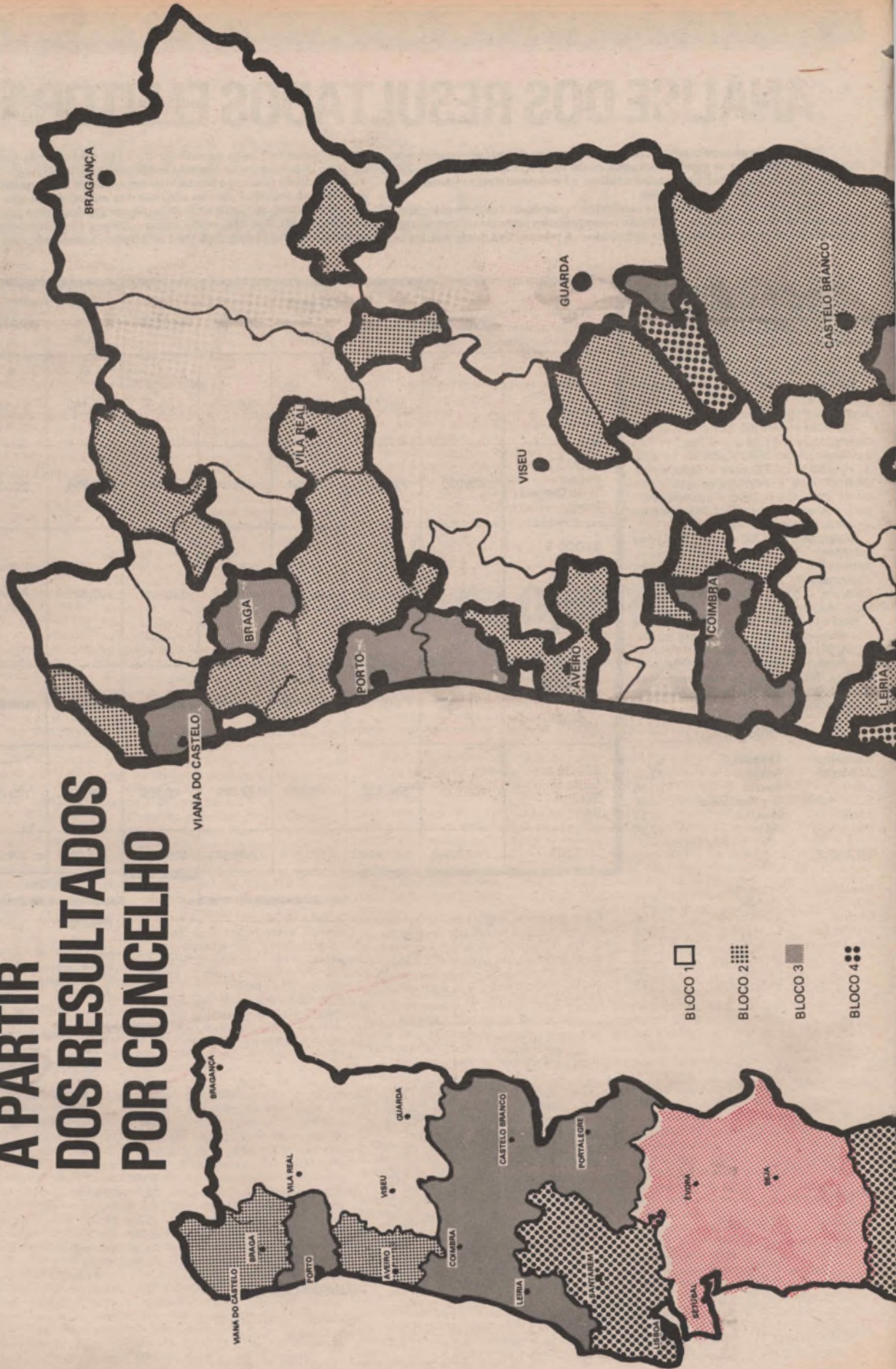
Neste bloco, Eanes perde 353 792 votos ou seja 28,24% dos seus apoiantes oficiais. É de salientar a sua perda de 244 233 votos no distrito do Porto correspondente a 35,17% dos seus apoiantes.





Azevedo atinge neste bloco o seu máximo em relação aos cinco blocos: 17,41%. É no distrito do Porto onde obtém o seu máximo distrital com 22,81% dos votantes.

Pato obtém neste bloco 5,31%, perdendo 59 958 votos em relação à votação

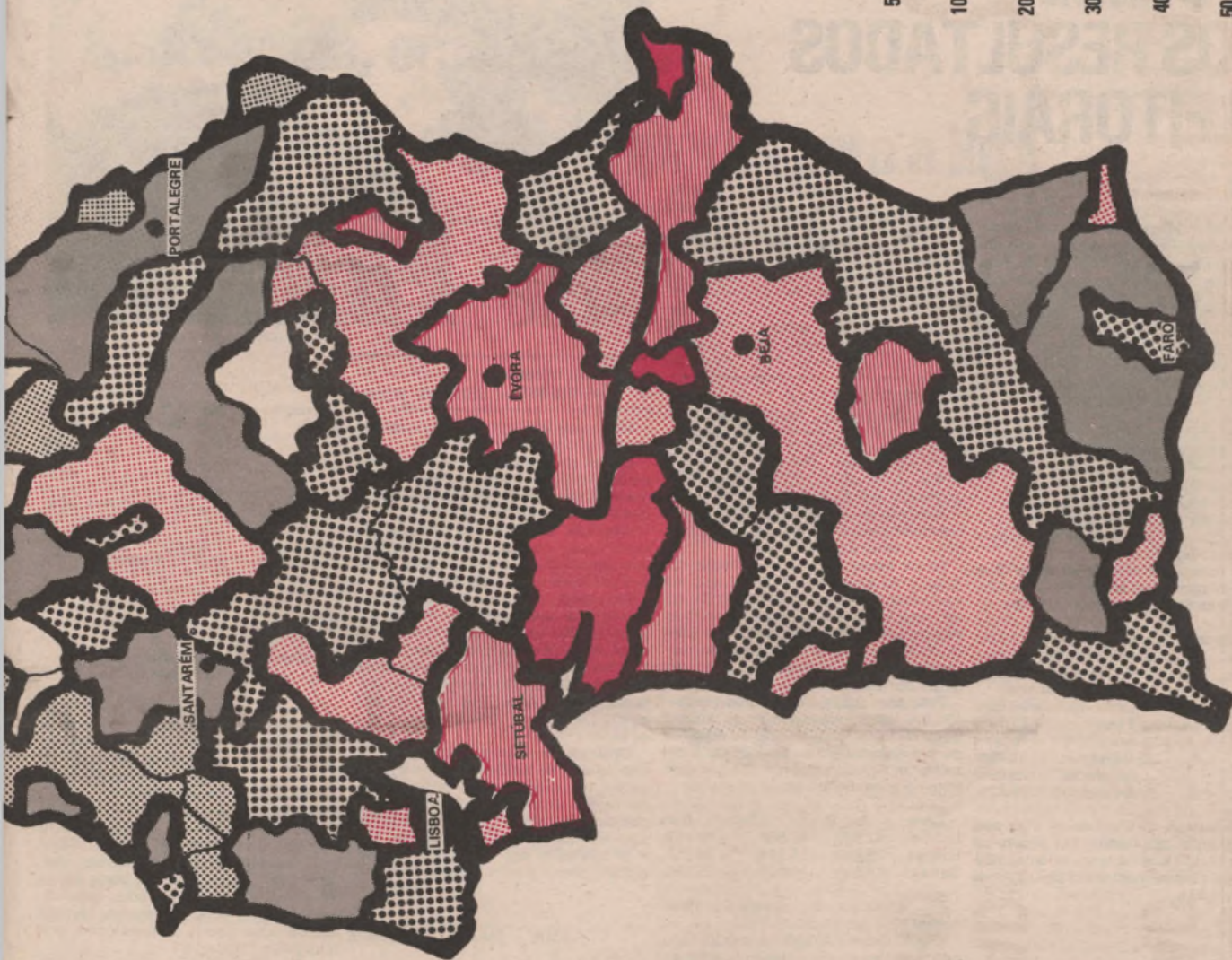
Continua na pág. 12

# IMPLANTAÇÃO GEOGRÁFICA DA VOTAÇÃO EM OTELO A PARTIR DOS RESULTADOS POR CONCELHO



- BLOCO 1 
- BLOCO 2 
- BLOCO 3 
- BLOCO 4 

# PERCENTAGEM DAS VOTAÇÕES POR DISTRITO EM OTELO, AZEVEDO E PATO





## ASSOCIAÇÃO DE INQUILINOS LISBONENSES

Dinamização, organização  
e coordenação dos moradores para a luta

A Associação de Inquilinos lisboenses desde sempre esteve na luta dos moradores.

O «Revolução» entrevistou uma camarada da direcção da A.I.L. sobre os problemas mais urgentes que se põem aos moradores.

A necessidade de dinamização dos moradores para a luta, a necessidade do avanço da organização dos moradores e sua coordenação, são fundamentais para o avanço do processo de luta dos moradores.

A A.I.L. lançou já algumas iniciativas no sentido de dinamizar a luta dos moradores.

**REVOLUÇÃO — A luta contra os despejos é um dos pontos principais da luta dos moradores. Como têm evoluído a situação neste aspecto?**

**A.I.L. —** Os despejos continuam a ser feitos não só em relação aos ocupantes mas também em relação a pessoas que se encontravam a viver em casas em que o inquilino morreu. Sobre estes casos já saiu um decreto-lei, mas que só envolve as pessoas que se encontravam a habitar a casa há mais de cinco anos.

Depois do caso de despejo de Entrecampos, as Comissões de Moradores em luta por uma habitação digna, decidiram ir ao Ministério da Habitação exigir uma explicação.

**«O que se pretende é uma tomada de posição colectiva dos moradores não só frente aos órgãos de Poder, mas também uma tomada de consciência dos moradores para uma mobilização»**

Nessa altura, o ministro foi bastante claro, quando fez certas afirmações — aliás as pessoas já estavam perfeitamente conscientes disso, mas foi importante ser ele a fazê-las — que foi por um lado que ele não tinha nada que reconhecer as Comissões de Moradores não legalizadas, por outro lado disse que não podia resolver nada daquilo, porque a política habitacional das Comissões era antagónica à política do Governo (nessa altura, muito antes das presidenciais, era o VI Governo) e que este estava interessado em fazer os despejos, justificando esta posição com problemas na construção civil, etc.

As coisas tornaram-se mais duras. Os despejos efectuaram-se sem as pessoas serem avisadas de que vão ser despejadas o que, como é óbvio, dificulta muito mais a resistência aos despejos.

**REVOLUÇÃO — Como têm eles vindo a justificar os despejos?**

**A.I.L. —** No combate às ocupações a burguesia tem utilizado vários argumentos. Um deles é o das ocupações abusivas, de haver oportunismo da parte de certas pessoas, que há pessoas que ocuparam e que não precisavam, que há casas mal-ocupadas, etc. É certo que há casos desses mas, por um lado a maioria desses casos são resolvidos pelas próprias comissões de ocupantes, que discutem esses casos em plenário e os resolvem,

o que aliás é a única forma correcta de resolver os problemas. São os interessados que resolvem os seus problemas e não é vir um tribunal, ou a policia ou o senhorio (que quer a casa vazia) meter-se nesses assuntos. Resolvidos estes problemas por estas pessoas o que acontece é que eles o fazem a favor da contradição principal que é haver casas vazias enquanto há pessoas sem casas. Por outro lado, esses casos — ocupações abusivas o oportunismo, etc. — são ínfimos em relação à grande maioria dos ocupantes que realmente são pessoas que não tinham casa, enquanto havia casas vazias e ninguém fazia nada para que isto acontecesse. São os cupantes que tomam a iniciativa avançando nas ocupações, que começam a resolver os problemas.

Quando se vai ver os despejos o que se nota é que não caem sobre esses casos de oportunismo, ou sobre casos em que se cometeram erros. Os despejos têm caído sobre as pessoas que viviam há muitos anos em casas com o inquilino e que depois este morreu. Vão despejar famílias, como por exemplo o caso de Entrecampos, que são vítimas do incêndio da Curraleira, que nem sequer uma barraca tinham. O caso do despejo da Pena em que são uns velhotes que nesto



do que injustos de despejos. Mas é preciso chamar a atenção que isso não abrange os ocupantes, as pessoas que vivem há menos de cinco anos numa casa, nem abrange sequer as pessoas, que não são tão poucas como isso, que estão a viver numa casa em que o inquilino não morreu mas deixou de se interessar pela casa e, as outras pessoas que viviam lá, seja há que tempo for, são despejadas.

**REVOLUÇÃO — Em relação aos ocupantes há alguma mudança de posição da parte dos órgãos de actual poder?**

**A.I.L. —** Em relação aos ocupantes, a posição é bastante nítida de quererem despejá-los e, se não houve mais despejos até agora, é mesmo porque apesar de tudo, há uma certa organização e uma certa resistência. É até claro que eles não seguem para a frente com todos os casos. Por exemplo, no Bairro Angola, em que há uma certa resistência, eles não foram para a frente com os despejos, nem chegaram a lá ir. Portanto, eles em relação aos ocupantes estão mesmo interessados em despejá-los, porque é um atentado contra a propriedade privada e eles não estão dispostos

**«Dizem que a Constituição é para ser aplicada por fases, a primeira, pelos vistos é guardar a propriedade privada»**

a reconhecer um atentado contra esta, mesmo que ela esteja a apodrecer.

O que dá a entender é que, quando têm a Constituição só têm o parágrafo que diz ser preciso defender a propriedade privada e não têm os outros. Dizem que a Constituição é para ser aplicada por fases, a primeira, pelos vistos é guardar a propriedade privada.

**REVOLUÇÃO — Um dos argumentos que têm sido utilizados contra as ocupações tem sido a crise da construção civil. Que pensam disto?**

**A.I.L. —** As ocupações não foram de forma alguma agravar o problema do desemprego na construção civil, as ocupações foram feitas em casas que já estavam desabitadas há muitos anos.

O problema da construção civil é agravado quando, por exemplo, as obras não são feitas nas casas que estão degradadas, em casas em que os próprios senhorios as degradaram, para que não fossem ocupadas.

Não fazendo obras nas casas, o que empregaria muitas pessoas, está-se a fomentar o desemprego e, ao mesmo tempo, fomenta-se o degradar do nosso parque habitacional, cada vez temos casas piores.

No 2.º Encontro Nacional da Construção civil foram apontadas algumas soluções para resolver a crise da construção civil. Eles apontavam, por exemplo, a necessidade de se ir para as obras nas casas que estão degradadas, fazer construção social, apontavam para a formação de um banco de habitação, apontavam soluções de como arranjar dinheiro para isso, com base nos senhorios que recebem rendas exorbitantes, eles apontaram soluções que podem não ser as melhores, mas são de facto caminhos para resolver os problemas.

Não se pode dizer de modo alguns que as ocupações foram fomentar o desemprego na construção civil. O que aconteceu foi que os empreiteiros começaram a ver que não iam ter os

lucros que costumavam ter. Mas isto não é por causa das ocupações, isto deve-se à luta de todo o povo português e aconteceu ao nível de todos os sectores da indústria portuguesa.

Se se fizer um programa de habitação social, se se fizer um programa de melhoramento do parque habitacional, a construção civil resolve alguns dos seus problemas. Isto está é tudo ligado à questão mais geral da necessidade de uma planificação e de quem é que a faz, que objectivos é que defende, é a questão do poder.

**REVOLUÇÃO — O problema da unidade dos moradores é fundamental. De início chegaram mesmo a haver duas comissões em cada bairro. Como estão as coisas neste momento?**

## e a actualidade nacional

## ASSOCIAÇÃO DOS EX-MILITARES DESEMPREGADOS

## A ocupação da rádio em Bragança alertando contra o desemprego

No passado dia 5 a Associação dos Ex-Militares Desempregados do Distrito de Bragança, no prosseguimento da sua luta pela aceitação do caderno reivindicativo apresentado ao então Presidente da República, ao Conselho da Revolução e ao Governo e cuja resposta nunca mais foi dada, ocupou os estúdios da RDA e o retransmissor de S. Bartolomeu em Bragança.

Durante o tempo que durou a ocupação, cerca de 1 h e 50 minutos, foi difundido um programa da responsabilidade da AEMD, onde foi lido um comunicado explicando as razões da ocupação e um historial da Associação desde o seu aparecimento até à data da ocupação.

No caderno reivindicativo apresentado, são postos os seguintes objectivos da AEMD:

1 — Direito ao trabalho em igualdade com todos os restantes desempregados.

2 — Fim às discriminações existentes na colocação em postos de trabalho em que os ex-militares e os restantes desempregados são recusados sempre, pois é dada preferência aos retornados, adidos, etc.

3 — Que os ex-militares sejam considerados desempregados à face da lei usufruindo portanto das regalias consignadas na nova Constituição da República Portuguesa e que são:

— subsídio de desemprego;

— assistência médica e medicamentosa gratuita;

— abono de família para todos aqueles com encargos familiares.

A Imprensa burguesa e reacçãoária, como já é hábito, caluniou esta luta, deturpando os acontecimentos. Assim, não houve qualquer intervenção da GNR pois foi a PSP que esteve em contacto com os elementos da AEMD que estavam a ocupar os emissores.

Por outro lado, a população de Bragança pôs-se ao lado desta forma de luta dos ex-militares desempregados, reconhecendo a sua justa luta, o que é ao contrário do que foi noticiado. Não é de admirar que assim seja, que a Imprensa burguesa e reacçãoária pretenda esconder que no Sul, como no Norte, a luta é a mesma.

Por fim, os membros da AEMD foram voluntariamente falar com o Governador Civil no sentido de este diligenciar para ser dada uma resposta ao caderno reivindicativo e não, como foi noticiado, que tinham sido «escoltados» até ao Governo Civil de Bragança.

O Governador Civil negou que tivesse qualquer conhecimento da AEMD e deu ordem para «se tirar os nomes» aos membros da AEMD que procederam à ocupação.

Como o afirma o comunicado da Coordenadora Nacional da AEMD:

«Perante a negativa dos ex-militares desempregados presentes em «darem o nome» pois representavam uma pessoa colectiva — a AEMD — o Sr. Governador Civil deu ordem para prender «quem não desse os nomes». Como os ex-militares solidamente conscientes das suas justas razões e direitos de cidadãos livres, negaram «dar o nome», tal lhes valeu que dois ex-mi-

litares desempregados conhecessem os calabouços da razão e prepotência do Sr. G.C.»

Entretanto, o comandante da PSP de Bragança propôs soluções que a AEMD aceitou, tendo sido libertados os dois camaradas. Assim, ficou responsabilizada a Comissão de Luta, como mandatária e porta-voz da Associação, pois foi esta que, democraticamente em Assembleia Geral e em reunião da Coordenadora decidiu as formas de luta.

Em resposta à afirmação do Governador Civil que afirmou não conhecer a existência da AEMD, afirma-se no comunicado da Coordenadora:

«Ao Sr. Governador Civil apresentar-lhe-emos provas convincentes em como não só conhecia a Associação dos Ex-Militares Desempregados, como também activou diligências concorrentes à própria. O Sr. G.C. recebeu muitas vezes a Comissão de Luta da AEMD local, recebeu os estatutos da mesma, prontificando-se inclusivamente, a financiar o gasto da sua personalidade jurídica, isto antes da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa, contudo só deu à Associação umas centenas de escudos, para a sua manutenção».

«O Sr. Governador Civil usa e abusa do dinheiro do povo para o espalhar por quem diz desconhecer? O Sr. G.C. desconhece as diligências que a Associação fez junto do Q.G. da R. M.N. e vice-versa, sobre assuntos da mesma? Será que o Sr. G.C. não lê os jornais? O Sr. G.C. desconhece a liberdade de associação e direitos dos indivíduos consignados na Constituição Portuguesa?»

## COMUNICADO À POPULAÇÃO DO PORTO

A AEMD — Associação de Ex-Militares Desempregados — ocupou o emissor da Rádio Difusão Portuguesa em Bragança cerca das 18 horas de segunda-feira, para alertar a opinião pública e exigir uma resposta das entidades governamentais ao caderno reivindicativo da AEMD.

A AEMD, distrito do Porto, está totalmente empenhada, como todas as associações, a nível distrital, nesta forma de luta, ALERTANDO TODA A POPULAÇÃO PARA A CONDIÇÃO DOS EX-MILITARES DESEMPREGADOS que depois de terem servido de CARNE PARA CANHÃO nas guerras coloniais são agora ATIRADOS PARA O DESEMPREGO; pois se antes os patrões não nos davam trabalho porque não tínhamos o serviço militar cumprido, agora dizem-nos que não temos experiência, etc., etc.; e considerando a NOSSA LUTA SOLIDÁRIA COM TODOS OS DESEMPREGADOS, lutamos concretamente para que nos seja RECONHECIDO O ESTATUTO DE DESEMPREGADO E OS DIREITOS DIRECTAMENTE RELACIONADOS SEGUNDO OS ARTIGOS 51, 52, 63 e 64 DA CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA, pois juridicamente nem sequer somos reconhecidos como DESEMPREGADOS.

LUTAMOS FUNDAMENTALMENTE PELO DIREITO AO TRABALHO EM IGUALDADE COM OS OUTROS DESEMPREGADOS; PELO FIM DAS DISCRIMINAÇÕES EXISTENTES NA ATRIBUIÇÃO DOS POSTOS DE TRABALHO, PELO FIM DO PLURI-EMPREGO, PÁRT-TIME E HORAS EXTRAS, PELO FIM DAS AGÊNCIAS DE EMPREGO PARTICULARES QUE PERMITEM MANTER MAIS TRABALHADORES NO DESEMPREGO, PELO DIREITO À ASSISTÊNCIA MÉDICO-MEDICAMENTOSA GRATUITA PELO DIREITO AO ABONO DE FAMÍLIA

ÁQUELES COM ENCARGOS FAMILIARES, E LUTAMOS POR UMA POLÍTICA NACIONAL DE EMPREGO.

FIM À MISÉRIA, TRABALHO PARA TODOS  
IGUALDADE E JUSTIÇA SOCIAL  
A NOSSA UNIÃO É A NOSSA VITÓRIA

AEMD distrito do Porto  
Comissão de Luta

## TIMEX

## A lógica do capitalismo na sua última fase — O IMPERIALISMO

Apesar de o secretário de Estado Tito de Morais ter garantido aos trabalhadores da Timex a 20 de Junho que mais nenhum acordo seria assinado sem a presença dos delegados sindicais, a 29 do mesmo mês foi distribuído o texto do novo acordo elaborado exclusivamente entre a administração e o Ministério do Trabalho.

No dia seguinte, os representantes dos trabalhadores dirigiram-se ao Ministério do Trabalho onde, perante a ausência do secretário de Estado e do ministro (Tomás Rosa), insistiram em ser recebidos pelo secretário do secretário de Estado, Luís Lourenço. Este recusou-se a receber os trabalhadores antes do dia 2.

Nesse dia as justificações apresentadas foram: a dificuldade em negociar o novo acordo e a observação de «alguém» dentro do Ministério de que a presença dos representantes dos trabalhadores levaria a um impasse.

É assim que o Ministério resolve os conflitos entre exploradores e explorados. Só ouve uma das partes — os patrões, que neste caso nem sequer são portugueses. Independência nacional por onde andas tu!

Este segundo acordo prevê dois períodos que correspondem praticamente a duas fases de despedimento. Uma até dia 30 de Setembro e outra até 31 de Dezembro, data em que a fábrica deverá fechar, a menos que um estudo de reestruturação previsto nos acordos se concretize.

Quanto ao atraso no início deste estudo, o Ministério do Trabalho procurou «descartar-se» de responsabilidades apontando para o Ministério da Indústria, mas hoje (dia 8/7/76) os trabalhadores souberam junto deste, que o acordo que serviria de base não lhe tinha sido sequer fornecido.

Quanto aos cursos de formação profissional para os trabalhadores despedidos com pré-aviso, prometidos pelo Ministério, deles nem sequer há

notícia. Os trabalhadores da Timex pensam que o «caso» Timex é mais político que de natureza económica, uma vez que a justificação da crise do mercado poderia ser superada pela empresa, possuidora de enormes recursos, extorquidos até agora em Portugal e noutros países, já que as multinacionais são especializadas na prospecção, alargamento e abertura de mercados a nível internacional. Mas a tática é a da sabotagem económica pelo aumento do desemprego, para regressar ao fascismo, à superexploração, aos lucros fabulosos.

Além disso, trata-se de uma tentativa de «lock out» como forma de repressão perante a combatividade dos trabalhadores que, já antes do 25 de Abril tinham sabido organizar-se e avançar com uma greve.

Para os trabalhadores as leis que existem para as empresas nacionais devem ser cumpridas pelas empresas estrangeiras. Ou será que vamos continuar a ser um feudo do imperialismo? Será que vamos continuar a ter estados dentro do nosso Estado, com leis próprias?

Entretanto o Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul pensa reunir com a Intersindical, com a União dos Sindicatos de Lisboa e a União de Sindicatos de Setúbal para analisar o processo da T. M. X. e, se for necessário, recorrer a instâncias internacionais como a O. I. T. (Organização Internacional de Trabalho) cujas normas estão a ser infringidas.

Por outro lado, os trabalhadores estão vigilantes pois suspeita-se que a administração planeia fechar a empresa para férias e fazer sair as máquinas durante esse período, ficando a fábrica vazia em Setembro.

É esta a lógica das multinacionais. Explorar enquanto pode. Desempregar, pôr na miséria aqueles que exploram, quando as condições já não lhes são favoráveis.

## dos trabalhadores

## SODA PÓVOA

# MULTINACIONAL — a exploração capitalista sem fronteiras

Os trabalhadores portugueses não só são explorados pelos capitalistas portugueses. Como acontece na Soda Póvoa são nos belgas. Mas há mais! Todos conhecemos empresas com capitalistas franceses, suecos, ingleses, alemães e americanos. Estes são países fortemente industrializados, avançados tecnologicamente. São-no porque mercê da evolução histórica se adiantaram em relação aos outros numa acumulação inicial de importantes capitais que foram aplicados na indústria (grande e principal estímulo do desenvolvimento técnico). Disposto deste avanço puderam exportar os seus capitais e a sua técnica, mediante condições extremamente favoráveis mercê do monopólio da sua superioridade tecnológica.

Sendo os principais beneficiados nas suas relações com os outros países o seu avanço aumenta incessantemente.

Ora, todos estes países desenvolvidos possuem regimes políticos de democracia burguesa (a ditadura sobre os trabalhadores — a democracia para os burgueses). Por outro lado, muitos dos regimes dos países não tão industrializados são ditaduras muito mais repressivas (exemp: fascismos, oligarquias na América do Sul).

Não é por acaso esta coincidência. Os lucros que os capitalistas dos países industrializados vão buscar aos outros países não industrializados ou não tão industrializados (ex: Portugal), permite-lhes pagar relativamente bem as classes exploradas dos seus países e desta forma a contradição entre o proletariado e a burguesia, que é a principal na sociedade capitalista, é atenuada. Por isso eles podem permitir certas formas de organização e actividades políticas por parte dos operários, cujo salário é suficiente para que não vivam mal e não vêm vantagem em mudar de sistema. O mesmo já não acontece nos países onde os trabalhadores além de enriquecerem os capitalistas nacionais, têm de enriquecer os estrangeiros e contribuir para «amolecer» os proletários dos países industrializados, no conforto aparente do consumo massivo, constantemente estimulado pela publicidade, das sociedades de consumo.

Nestes países a organização e consciencialização da classe operária não é tolerada pela burguesia no poder porque aqui os operários vivem com tantas dificuldades que sentem não ter nada a perder e se estão organizados põem em perigo o domínio da classe dominante.

Desta forma os países industrializados atenuam as suas contradições internas e as suas burguesias no poder são «liberais» («democráticas») enquanto que se agudizam as contradições nos outros países e usam formas de super-exploração dos trabalhadores.

O «REVOLUÇÃO» esteve na Soda Póvoa onde entrevistou uma camarada da comissão de trabalhadores.

Segundo um inquérito e como afirmou a camarada os trabalhadores da Soda Póvoa têm um salário inferior e condições de trabalho piores do que os operários da maioria das empresas

do ramo:

CT «Quando que na Sonatel e na Macol as médias de salários são de 8 e 9 contos a nossa é de 6.900 escudos».

Esta situação levou os operários da Soda Póvoa a imporem a redução do horário de trabalho de 45 pra 42 horas e meia, contra a vontade do patrão, em Dezembro de 1975.

CT «Depois fomos «a acordo» com o Ministério do Trabalho, porque diziam que estávamos «ilegais». Como o Ministério afirmava que o horário nacional iria sair até 28 da Fevereiro, acordamos com ele e com a administração pagar em horas de dia de trabalho extraordinário as horas que estávamos a fazer a menos».

Chegados a Maio, ao serem solicitados pelo Ministério e pela administração para pagarem as horas e como o horário prometido ainda não aparecera, os trabalhadores em assembleia de trabalhadores recusaram-se a pagar.

CT «Além da redução de horário (agora para 40 horas), queríamos condições sociais e de trabalho melhores porque somos o «lixo» aqui da zona. Não tínhamos self-service. Havia uma messe dos empregados e quadros com 3 pratos à escolha e um refeitório dos empregados com uma sopa por cinco tostões e um quarto de pão. Fizemos um caderno reivindicativo mínimo que incluía o aumento de salários para todos até os que ganham 16 mil escudos.

Estes e os ordenados superiores ficavam estacionários, embora haja para aí muita gente que não esteja de acordo. Mas nós achamos que um indivíduo que ganha 16 contos e tem 4 ou 5 filhos está em melhores condições do que um que ganha 6 e tem os mesmos 4 ou 5 filhos. Portanto os senhores engenheiros que façam reduções na vida de boémios que nós sabemos que muitos levam».

## CONDIÇÕES DE TRABALHO — OS HOMENS PIORES QUE AS MÁQUINAS

CT «Queremos reduzir o horário porque as condições de trabalho são péssimas. A fábrica tem 40 anos e como só existe para dar lucro, nem se preocupam em modernizá-la apesar dos produtos altamente tóxicos. Esteve cá o Instituto Ricardo Jorge, a nosso pedido, a fazer análises: os filtros entupiam, os aparelhos estragavam-se, não conseguiam fazer análises nas secções.

É por isso que não deixam entrar máquinas fotográficas. É para lá fora não verem que isto está tudo pobre.

Aqui domina o espírito capitalista, o espírito explorador, que vê a pessoa pior que as máquinas. Por exemplo quando se tem uma máquina tem que se comprar as peças necessárias para que ela não pare, tem de se pôr óleo. Eles com os trabalhadores estão-se maribando para isso. Só querem que o operário trabalhe o dia inteiro a 60 ou 70 graus de temperatura, seja Verão ou Inverno.

Interessa-lhes alguma coisa que um trabalhador tenha que fazer uma manobra lá em cima 3 vezes por dia com um forno a 1400.º? E só agora ao fim de 40 anos é que eles verificaram que a manobra se podia fazer cá de baixo!

Que as pessoas que vão carregar o carbureto que é altamente tóxico só tinham uma máscara que tapa as vias respiratórias ficando a pele contaminada com aquele produto?

No outro dia esteve aqui a viúva do último trabalhador que morreu na Soda Póvoa. Ela disse que foi por causa do ambiente de 25 anos de trabalho, que até o suor dele queimava os lençóis. Um delegado da Segurança e Ambiente que aqui esteve disse que o Ministério devia obrigar a empresa a fazer todos os melhoramentos que ele indicou.

Por exemplo, nos fornos de silicato usam chapas de ferro porque são mais baratas, em vez das de alumínio que amezizam o ambiente porque isolam o calor.

Queremos também uma inspecção médica para todo o pessoal. Para o pessoal dos quadros a inspecção começa aos 35 anos e para os operários começa aos 40.

Além disso, para alguns, que até nem vêm cá à fábrica há uma inspecção rigorosa, como é o caso do administrador delegado e do director comercial, mas para os «subalternos» limitam-se a fazer umas análises e uma micro ana sim ana não. Queremos uma inspecção médica igual para todos seja administrador seja operário.»

## MULTINACIONAL — A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA SEM FRONTEIRAS

Como os ordenados do administrador e do director ascendem a 50 e 60 contos respectivamente, perguntamos se exigiam a sua redução.

CT «Não, continuam como estão. É que isto é uma multinacional que tem 99,9 por cento de capital belga. O administrador, o director e todos os homens chave deste complexo são belgas. Os que o não são são bem pagos para serem seus lacaios. E por isso nunca poderá haver um controle económico da empresa por parte dos trabalhadores, porque a própria empresa só acaba na Bélgica.»

A empresa que projecta concluir uma fábrica moderna no valor de 800 000 contos (com dinheiro emprestado, claro, porque convém sempre evitar o risco) quando faltavam 150 000 e quis obter novo empréstimo do Banco de Fomento, recebeu deste a proposta de congelamento das «royalties» (forma de transferir lucros suplementares, sob pretexto da técnica utilizada, sem ser revelada, isto para perpetuar a dependência dos países que eles dizem ajudar a desenvolver) até ao fim do pagamento do empréstimo, após o que seriam então pagas as tais «royalties». Mas a administração nem sequer respondeu à proposta do Banco.

Os 150 000 eram para começar a ser pagos ao fim de dois anos e a produção seria 3 vezes maior do que a actual; e a empresa comprometia-se a colocar no estrangeiro o excedente da produção.

CT «O Governo não se interessou pela fase final do financiamento do empreendimento que está parado e custa 40 contos por mês só para conservação enquanto continua à espera de ser acabado.

Nós temos o monopólio da soda em Portugal. Agora, fornecemos só metade do que é necessário à indústria por avaria dos secadores. Entretanto está-se a importar soda de Solvay que chega 800\$00 mais cara por tonelada. Já mandaram vir 2.000 toneladas.

Quer dizer, andamos a poupar nuns lados, para sair por outros desta maneiral»

## A LUTA DA SODA PÓVOA

Depois de terem sido representantes por uma comissão de trabalhadores eleita por secção, foi eleita outra pois os anteriores membros estavam esgotados com o acumular do trabalho da comissão com o da fábrica. Desta vez a eleição foi por lista. A comissão, que procura não controlar os plênários, tem conseguido evitar ser controlada por partidos, embora a eleição por lista faculte esta possibilidade. Era o caso da lista derrotada por larga margem constituída por elementos afectos ao PS e por um afecto ao CDS. Diziam-se pluralistas mas já tinham mostrado uma tendência para conciliar com os patrões não podendo portanto colocar-se ao lado dos trabalhadores.

CT «Os membros da comissão podem ser substituídos em qualquer altura, total ou parcialmente, de acordo com os estatutos e conforme decisão de plenário.

A comissão ficou como órgão coordenador e elegeram-se várias sub-comissões — dos assuntos sociais, económicos e culturais. Cada sub-comissão tem 2 ou 3 elos de ligação com a comissão coordenadora».

Foi esta que elaborou um programa de luta. Depois de contactar empresas dependentes dos nossos produtos (45 por cento da indústria nacional) e de elaborar um programa de luta comunicámos à Imprensa, rádio e televisão. Uma semana depois ainda não tinham noticiado nada. Em contrapartida as fábricas contactadas — da indústria vidreira e têxtil — (Covina, Fontanela), o Sindicato dos vidreiros (que tiveram uma reunião conosco) a própria CPE apoiou a nossa luta, aumentaram a nossa força e pressionamos Ministérios e o Governo.

Entretanto surgiu um boicote à luta dos trabalhadores por parte dum chefe de secções das expedições, ex-legião e salazarista convicto, que diz estar com o patrão, que é quem lhe paga. (É pena que ele não saiba que é ele que paga ao patrão a diferença entre o que produz e o que recebe, isto em troca do «favor» que o patrão lhe faz em o explorar). Mas a pouco e pouco com muita paciência ele foi revelando as quantidades das misturas».

## A NEGOCIAÇÃO DO CADERNO

CT «Por outro lado, o director depois de ameaçar várias vezes dedicou uma manhã inteira, acompanhado do

Continua na pág. 16

dos trabalhadores

# "Ataque à liberdade do povo de Setúbal"

Dois camaradas que faziam propaganda para a formação de um GDUP na Fonte da Lavra foram presos pela PSP acusando-os de escreverem nas paredes que Eanes é fascista.

Acontece que a referida pintura já se encontrava na parede há bastante tempo, não tendo sido portanto os camaradas detidos a escrevê-la como se veio depois a provar, com a falta de provas para a manutenção desses camaradas detidos.

Dois jovens foram presos à 1.30 de ontem por andarem a colar cartazes para a formação de um GDUP na Fonte do Lavra sob a acusação falsa de terem feito uma pintura chamando fascista a Eanes.

Esta prisão é um nítido ataque às liberdades democráticas e mais — é uma ameaça ao povo de Setúbal. A PSP ao prender os dois jovens violou a liberdade de expressão de pensamento, consagradas na Constituição.

A PSP de Setúbal com muito «boas» tradições repressivas actuou mais uma vez como no tempo de Salazar e Caetano, não só prendendo como ameaçando de morte os dois jovens. A actuação da policia não é só um ataque às liberdades democráticas como é uma tentativa de calcar o povo de Setúbal e impedi-lo de expressar as suas ideias e de se organizar.

Os fascistas e todos os reaccionários estão muito preocupados com a vitória de Otelio na nossa cidade e certamente vão tentar tudo para nos dividir, nos calar e impedir que os GDUP's se consolidem, alarguem e fortaleçam.

A todas as actuações repressivas nós temos de responder firmes, denunciando-as a todo o povo e organizando-nos cada vez mais em GDUP's (Grupos Dinamizadores de Unidade Popular) que lutem activamente contra a repressão e pela defesa das liberdades democráticas.

A LUTA CONTINUA!  
A COMISSÃO CONCELHIA DOS GDUP's DE SETÚBAL

## SODA PÓVOA

Continuação da pág. 15

eng. Mendes de nacionalidade portuguesa, dizendo que «se os trabalhadores não obedecessem à sua posição ser radicalizaria. Que depois não se admirassem. A comissão teve de ir atrás de sua «excelência» dizendo que não obedecessem que isto não podia ser assim.

Eles então começaram a desistir. Depois o Ministério do Trabalho disse-nos para falarmos com o 1.º-Ministro, mas este adoeceu nesse dia. Então, fomos ao Conselho da Revolução onde assim «delicadamente» nos disseram que eramos um bocadinho oportunistas e passaram uma comunicação para o Ministério para que este agisse como se fosse o gabinete do 1.º-Ministro neste assunto.

Só então é que isto se começou a mexer e conseguimos finalmente negociar um acordo no dia 1 de Julho de 1976 onde a maioria das nossas reivindicações foi satisfeita.

Conseguimos: 30 dias de férias com 100 por cento de subsídio; inspecção médica de tipo profissional a determinar por uma comissão constituída por um médico, 2 representantes dos trabalhadores e 2 representantes da empresa; aumentar a comparticipação da empresa nas despesas do self-service e que os trabalhadores que ganham até 7.500\$00 por mês paguem apenas 15 por cento da refeição, os que ganham entre 7.501\$00 e 11.000\$00 paguem 20 por cento, entre 11.001\$00 e 15.000\$00 paguem 25 por cento e os que recebem mais de 15.000\$00 paguem 30 por cento da refeição; que os trabalhadores podem

faltar o número de horas até um dia de trabalho, por motivos de força maior desde que justificam; quanto ao horário de trabalho, a partir de 1 de Novembro passa para 42 horas por semana, trabalhando até lá 42 e meia.

Na primeira quinzena de Dezembro de 76 a administração, juntamente com a comissão de trabalhadores, terá que rever as remunerações e os prémios de turno que entrarão em vigor no dia 1 de Janeiro de 1977. A base mínima deste novo encargo será de 10.000 contos por ano para a empresa, não abrangendo possíveis encargos com o pessoal de chefia.

Não consideramos que tenha sido uma vitória total. Foi o melhor que se pode arranjar nas actuais condições, porque numa negociação tem que haver cedência de parte a parte e o contrato não foi imposto, foi negociado».

Continuação da pág. 7

gunto eu quem é que paga as dívidas dos operários que ganham uma miséria?

**Rev. — Qual é a forma da vossa luta?**

**Op. —** A nossa luta é pelo abaixamento da produção não deixando sair as encomendas pois que, desta forma estamos a tentar obrigar os patrões a discutir o contrato de trabalho, e não só: também fazemos um apelo às entidades governamentais porque muitas vezes os patrões compram o peixe

## ASSOCIAÇÃO DE INQUILINOS

Continuação da pág. 13

**A.I.L. —** Na altura em que se deram as ocupações, existiam as comissões de moradores ligados às Juntas de Freguesia, que condenavam as ocupações, que não davam de forma alguma o seu apoio às ocupações. Os ocupantes, nessa altura formaram as suas comissões, de ocupantes e moradores que os apoiavam, em muitos casos formavam-se assim, comissões paralelas.

Em, algumas zonas, actualmente, já se conseguiu ultrapassar essa fase, portanto, passou a haver uma só comissão, noutras ainda não se conseguiu, continuam a haver duas comissões.

**REVOLUÇÃO —** Como se tem desenvolvido o processo da coordenação das C.M.s?

**A.I.L. —** Aqui, a nível de Lisboa, já houve várias tentativas de coordenação das C.M.s que falharam devido a um certo número de erros. A nossa ideia e de muitas comissões — creio mesmo que neste momento será a ideia mais ou menos geral — é de que só será possível fazer essa coordenação ao nível de zonas, portanto dividir Lisboa em várias zonas e conseguir a coordenação das comissões nessas várias zonas. Serão, os chamados Conselhos de Moradores que depois se devem coordenar entre si.

Neste momento, isto não existe. Existe em algumas zonas uma certa coordenação entre CMs e CTs mas isto não está, de forma alguma ainda perfeitamente estruturado.

**REVOLUÇÃO —** Quais as iniciativas que a A.I.L. tem para dinamizar todo o processo de unidade e organização dos moradores?

**A.I.L. —** A Associação neste momento está a lançar várias iniciativas. Saímos com uma folha informativa para as comissões de moradores e CTs que estejam interessadas nisso. Se a folha informativa conseguir preencher o papel que nós lhe queremos dar, isso depende também da colaboração que as comissões derem, estabelece uma certa coordenação, fomenta a troca de experiências.

Outra iniciativa que também temos, no sentido desta, é a formação de um guia prático de defesa jurídica que vá sendo actualizado sempre que necessário. Um guia que dê instruções às comissões e aos moradores de como devem actuar frente aos vários ataques judiciais que sofrem. Isto é importante para evitar erros, não é propriamente o fundamental da luta, mas tem uma certa importância.

A outra iniciativa é o, lançamento de um abaixo assinado que tem junto uma exposição em que se mostra a inconstitucionalidade de todas as leis sobre a habitação, que a actuação dos poderes públicos está a ser contra aquilo que neste momento é a lei fundamental do país e que eles estão a passar completamente por cima dela.

**REVOLUÇÃO —** Quais as reivindicações principais desse abaixo-assinado?

**A.I.L. —** As reivindicações são a suspensão total das acções de despejo venham elas de onde vierem e de que forma vierem, ser atribuídas às CMs e Associação de Moradores a gestão dos problemas de habitação do bairro (a atribuição de casas devolutas, as prioridades dos inquilinos, etc), a aplicação da lei que dá às Câmaras a possibilidade de fazer as obras nas casas degradadas, que se tabelam as rendas de casa de acordo com o que a Constituição diz (que é as rendas de casas compatíveis com o rendimento familiar), que as CMs, Associação de Moradores, Associações de Inquilinos possam tomar parte dos julgamentos dos inquilinos (as ocupações são da responsabilidade de todos os ocupantes representados pelas CMs), exige-se que se dê satisfação a curto prazo aos cadernos reivindicativos dos bairros de lata, que se faça a curto prazo um projecto — código do inquilinato tendo em conta os projectos já existentes feitos por comissões ou associações de moradores e os que poderão vir a ser feitos e, por outro lado, que essa lei não saia sem que haja uma discussão dos moradores sobre a lei, aliás como a todas que dizem respeito aos moradores.

**REVOLUÇÃO —** Quais os objectivos que se esperam alcançar?

**A.I.L. —** Pretende-se que o abaixo assinado seja a nível nacional pelo que estamos a tentar contactos com outras regiões do país e fazer a maior propaganda dos seus objectivos.

O que se pretende é uma tomada de posição colectiva dos moradores, não só frente aos órgãos do poder, mas também uma tomada de consciência dos moradores para uma mobilização. Para isto, pensamos depois fazer, em conjunto com as comissões de moradores, plenários para dinamizar a luta e, em zonas onde não há comissões, que os moradores em plenários as elejam.

Com isto a Associação não pretende passar por cima das CMs, nem tornar-se em líder, nem qualquer coisa do género. O que sentimos é que temos uma certa responsabilidade no movimento, como Associação que é, com muitos associados, com uma tradição de luta e em que sentimos aqui a pressão dos moradores e de comissões que vêm cá pedir ajuda.

Nós pensamos que é preciso lançar iniciativas que mobilizem os moradores em geral e que esses moradores estando mobilizados e entrando em acção, eles próprios sentirão a necessidade de avançar com as suas comissões e mesmo de formar outras se aquelas já não servirem. O abaixo-assinado pode, na nossa opinião, dar um certo impulso à luta dos moradores.

## CONSERVEIRAS EM LUTA

**Rev. —** Quais vão ser as vossas formas de luta se os patrões não aparecerem às negociações?

**Op. —** Pois levaremos a nossa luta até ao fim, que terminará com uma greve geral em todo o País, nem que tenhamos que pegar em armas e estoirarmos umas para cada lado, ou que os patrões e os capitalistas nos matem a todas e fiquem a governar o País e a trabalhar.

Seremos nós os trabalhadores deste País, a ensinar aos capitalistas como se faz a revolução socialista.

em Peniche e na Figueira à 6.ª feira e na 2.ª está podre. Nem se pode trabalhar com ele, só de máscara Face a isto eu perguntou como é que isto é possível um produto que é para ser comidos pelos trabalhadores de todo o mundo?

**Rev. —** Então a indústria de conserva ainda está a trabalhar como há 40 anos?

**Op. —** Sim, o que eles querem é muita produção muito lixo muito dinheiro nos cofres.



## TIMOR LESTE

## FRETILIN causa pesadas derrotas às forças indonésias

Segundo notícias difundidas em Melbourne, na Austrália, as forças da Fretilin recapturaram várias aldeias situadas ao longo da costa Norte do País durante o mês de Junho. Dentre estas aldeias destacam-se Railaco, Turiscái, Vatovou, Atabai, Hatolia, Leorema. Também está sob controlo das Falantil, neste momento, a aldeia de Lliqui a 15 km a Oeste de Dili, estando o aeroporto de Bacau debaixo do fogo das forças patrióticas que lutam contra a invasão indonésia e seus lacaios em Timor Leste.

Nos últimos dias de Junho mais de 100 soldados indonésios desertaram das unidades militares a que pertenciam e se integraram nas forças revolucionárias da República Democrática de Timor Leste, que trava duros combates contra a agressão expansionista do regime militarista de Suharto.

Por outro lado o ministro do Interior da República Democrática de Timor Leste, Alarico Fernandes, havia anunciado numa mensagem, captada em Darwin que durante as últimas operações militares as forças revolucionárias haviam capturado 400 armas automáticas, tendo morrido nos combates travados 60 e capturados 100 indonésios.

O controlo sobre uma extensa área da República Democrática de Timor Leste faz-se pelas forças das Falantil que acentuam os combates apoiados na população contra a agressão imperialista. O povo de Timor Leste não recuou durante a agressão estrangeira e a cumplicidade do Governo português face aos acontecimentos que levaram a esta vergonhosa invasão do país.

Ao contrário do que se pensava, dado que as notícias que chegam a Lisboa são completamente distorcidas, a Fretilin fortaleceu a luta armada de libertação e implantou-se muito no povo de Timor Leste que quer a sua independência.

As Falantil, braço armado da Fretilin e do povo de Timor Leste, no passado dia 23 desenvolveu um intenso ataque

ao aeroporto de Baucau, obrigando o jacto indonésio, que transportava uma missão do Governo indonésio prevista para 24 de Junho, a regressar. Em 25 de Junho, através da Rádio Maubere (Rádio Nacional da RDTL) que difunde do interior do país, a Fretilin anunciava o seu ataque à praia de Baucau onde grande quantidade de armas indonésias estavam a ser desembarcadas. Tratou-se para as Falantil de uma acção de grande envergadura e de mais uma vitória das forças revolucionárias e do povo de Timor Leste sobre as forças imperialistas. Os guerrilheiros da Fretilin estavam activos, ao mesmo tempo, a 10 km de Dili e em várias cidades capturadas pelos indonésios.

Entretanto, a ofensiva desencadeada pelas Falantil levou a que a visita

oficial indonésia chefiada pelo ministro do Interior Machmud, em 24 de Junho, que deveria ser o acto final da «consulta» antes de formalizar a integração de Timor Leste na Indonésia, e que deveria visitar muitas vilas, somente conseguisse chegar a Dili, Balibó, Viqueque e Oé-Cusse. As duas últimas situando-se à poucos quilómetros da fronteira com a Indonésia. A delegação não conseguiu visitar Baucau, Same, Suai, ou Atauro.

A «visita integracionista» indonésia falhou e o Governo militarista tentou justificar o seu falhanço alegando que o «mau tempo» não havia permitido completar a «tourné». Porém, pouco tempo depois, viria a reconhecer que as forças da Fretilin não permitiram que a visita se efectivasse em Baucau e outras vilas.

A rádio da República Democrática de Timor Leste anunciou finalmente que entre 23 e 25 de Junho foram

desencadeados ataques da Fretilin em todo o território de Timor Leste e que a Indonésia controla menos de 30 por cento do território e estão a sofrer diariamente duros reverses das forças revolucionárias. O exército indonésio está sendo dia a dia empurrado das áreas que ainda controla, o que ocasiona a desmoralização das suas unidades e a inevitável derrota.

O controlo da Indonésia é cada dia mais fraco, não tendo quaisquer condições de assegurar as áreas em que se encontra presente, recuando diariamente perante a força do povo de Timor Leste, que desde o primeiro momento soube empunhar as armas e repelir a agressão imperialista. Apesar da cumplicidade dos governantes de Lisboa para com a Indonésia, o povo de Timor Leste está organizado e luta resolutamente pela libertação do seu país.

## COMUNICADO DA FRETILIN

A Fretilin divulgou o seguinte comunicado relatando a realização de uma reunião do seu comité Central nas zonas libertadas:

«Decorreu de 15 de Maio a 2 de Junho, nas zonas controladas pelas forças da Fretilin, a segunda reunião extraordinária do CC, após a criminosa agressão das forças indonésias, ocorrida a partir de 7 de Dezembro de 1975.

«Após relatórios circunstanciados, apresentados pelos vários membros do CC, responsáveis pelas diversas regiões do território nacional, a assembleia constatou, passados seis meses sobre a vergonhosa agressão, que a resistência popular organizada continua a fazer-se por todo o território nacional, apesar de escaladas sucessivas levadas a cabo pelo invasor.

Mais uma vez o CC repudia a selvática agressão indonésia a Timor Leste, país livre e independente, exige a retirada imediata e incondicional das forças invasoras do território nacional, o cumprimento imediato das resoluções do C. de Segurança da ONU, bem como o respeito pelo indiscutível direito do povo de Timor Leste, de traçar livremente o seu destino e reafirma a sua inequívoca determinação de assumir resolutamente a condução do povo de Timor Leste na luta de libertação nacional contra a agressão perpetrada pelo Governo colonial fascista indonésio.

«Na segunda parte, o CC da Fretilin debruçou-se longamente sobre questões de ordem teórica, de capital importância para acelerar a interpretação da sua linha política revolucionária, como vanguarda que conduz o povo de Timor na sua libertação contra o colonialismo, imperialismo e toda e qualquer forma de dominação e exploração.

«Na terceira parte, o CC passou a ocupar-se de questões de ordem prática, traçando a linha a seguir, para resolução das contradições surgidas ou que venham a surgir nos campos político, militar, económico e cultural. Foram definidas linhas práticas de orientação nos campos político, militar, educacional, cultural, económico de saúde e higiene, de justiça e de produção, a grande escalada do povo bem como o comportamento e a conduta dos quadros, a todos os níveis.

«Foram remodelados vários departamentos da Fretilin, assim como os Mi-

nistérios do Governo Revolucionário de Timor Leste. As estruturas de base sofreram também profundas alterações, para se adaptarem à situação de luta armada, numa resistência popular generalizada.

«Com o assassinato de vários membros do CC, prisão de alguns e a traição de outros foi necessário preencher vagas para um trabalho eficaz, nomeando responsáveis provisórios.

«Em 20 de Maio, com a presença da grande maioria dos membros do CC foi levado a efeito um grande comício, para assinalar o 2.º aniversário da fundação da Fretilin. As 8 horas foi o içar da bandeira nacional e da bandeira da Fretilin, seguido de honras militares, inauguração da sede do Centro Popular de Cultura, exposição de medicamentos timorenses, de jacra de açúcar (fabrico local), etc.

«As 10 horas iniciou-se o comício e às 12 horas realizou-se um almoço de confraternização com o povo e os combatentes. À tarde, houve desporto. À noite, pelas 19,30 iniciou-se a sessão cultural que se prolongou até às 2 horas do dia seguinte.

«Ao assinalar o segundo aniversário da unidade do povo de Timor Leste, o Comité Central decidiu por aclamação libertar todos os presos políticos, antes da invasão pela Indonésia em 7 de Dezembro, exortando o povo para a sua vigilância revolucionária.

«Ao entrar no décimo mês da luta armada, entra-se na fase superior da luta política, quando as contradições já não podem ser resolvidas na mesa das conversações e a luta continua mais quente no território nacional.

«O povo de Timor Leste, temperado nesta luta de libertação, assume consequentemente a tarefa da sua própria libertação e, pegando em armas, forja a consciência da sua unidade na luta.

«A cada nova escalada do inimigo corresponde uma nova tomada de consciência da justeza da linha política traçada e assumida pela única e legítima vanguarda — o CC da Fretilin — e, de cada golpe que o inimigo dá, renasce a certeza de que a vitória pode ser difícil, mas é certa.

«A nossa luta, por estar ao serviço de libertação do povo de Timor Leste, contribui para a libertação dos povos, ela é justa, e porque é justa, a vitória é certa.

«A luta continua. Pátria ou morte, venceremos.»

## MENSAGEM DA FRETILIN À ONU

Mari Aldatiri, membro do Comité Central da Fretilin, comissário político nacional e ministro de Estado para os Assuntos Políticos da RDTL, enviou o seguinte telegrama ao secretário-geral das Nações Unidas:

«A Organização das Nações Unidas, estância máxima de decisão na Comunidade Internacional, na sua Assembleia Geral de 19 de Dezembro de 1975, XXX sessão, Resolução n.º 3485/75 e Conselho de Segurança de 22 de Dezembro de 1975, Resolução n.º 384/75 e de Abril de 1976, Resolução n.º 289/76, condenou a agressão do Governo da Indonésia contra a República Democrática de Timor Leste e exigiu a retirada «sem demora» de todas as forças indonésias estacionadas no território nacional de Timor Leste.

«A República da Indonésia, membro efectivo da ONU, não só não cumpriu as resoluções acima referidas, como, num verdadeiro acto de desafio e afronta à Comunidade Internacional, intensifica cada vez mais a agressão contra o nosso povo.

«Apesar de todas as barbaridades praticadas pelas forças agressoras, as forças de libertação nacional, forças da Fretilin, continuam a controlar mais de 80 por cento do território nacional tendo recapturado nos últimos dez dias as vilas e cidades de Darlete, Caiaco, Vatovou, Raimei, Ruriscái, Leorema, Hatolia, Railaco, Lequidoe e muitas outras.

«O Governo da Indonésia, reconhecendo a impossibilidade de controlar militarmente a República Democrática de Timor Leste e para impor uma situação de facto e obter o reconhecimento da Comunidade Internacional, experiência adquirida em 1969, aqun-

do da anexação da West Irian, recorre agora a manobras político-diplomáticas para o que obteve a participação de outros países (muito poucos) também membro da ONU.

«Assim, realizou-se no dia 31 de Maio de 1976, um fanteche «act of free choice» que por ser fanteche redundou em fracasso total.

«Perante isso, tenta um novo golpe e organiza uma visita dos parlamentares indonésios a Dili, capital da República Democrática de Timor Leste, onde mantêm milhares de soldados, que são os verdadeiros carrascos da população local, a fim de uma vez mais, à custa da baioneta, tentar conseguir reunir alguns poucos elementos do povo para gritar «Viva a integração».

«Escusado será dizer que são manobras muito velhas próprias de agressores desesperados. Iguais só têm sido utilizadas pelo regime sionista de Israel contra a população árabe e pelo regime do «apartheid» na África do Sul contra a população negra e maioritária, etc.

«O Comité Central da Fretilin e o Governo da República Democrática de Timor Leste condenam não simplesmente o Governo indonésio, por ter desrespeitado as resoluções da ONU mas, fazem da mesma forma e com a mesma força contra todos os países, membros da ONU que participaram no falso «act of free choice».

«O Comité Central da Fretilin e o Governo da RDTL, congratulam-se com a coerência máxima de posição em relação ao convite dirigido pela Indonésia na pessoa do fanteche «Governo Provisório» tomada por V. Ex.º pelo Comité de Descolonização e pelo Conselho de Segurança da ONU.»

GALIZA

# Dentro e fora das prisões os revolucionários lutam contra o fascismo

Os democratas e revolucionários galegos lutam contra as cadeias fascistas na Galícia. São, na sua maioria, militantes comunistas galegos que escolheram libertar a Nação Galega e seu povo do jugo fascista, liberar o povo galego do «Governo de continuidade» QUE INTENSIFICOU: PARALELAMENTE À SUA TENTATIVA DE PACTO com a oposição reformista, a repressão sobre as organizações actuantes na clandestinidade. A repressão fascista que se abate contra o povo efectua prisões de militantes revolucionários e reprime a lutas do povo trabalhador. Porém os militantes revolucionários não abdicam de ganhar a liberdade para continuar a luta contra a repressão, a prisão e a dominação fascista.

A causa central da repressão, informam nos os camaradas da Galícia (mais directamente da U.P.G., «não é tanto pretender aniquilar uma organização revolucionária, mas sim a tentativa de travar a influência de uma direcção política no movimento popular; de bloquear o avanço organizativo da classe operária perspectivado para a tomada do poder e a necessidade da afirmação histórica da Pátria Galega; de destruir um projecto popular que vai sendo assumido na luta concreta do povo trabalhador».

Os camaradas, ainda afirmam, que «mais consequente que o apoio do reformismo ao nacionalismo pequeno-burguês e as suas formulas Autonomistas (em conciliação com as soluções tecnocráticas descentralizadoras que pretende a burguesia modernista) é a defesa da libertação nacional por parte do proletariado e seus aliados de classe, frente à fase actual de crise da dominação burguesa». Pois, «o problema da soberania nacional e da sua solução prática adquire o carácter de aspecto principal na contradição bloco popular-bloco oligárquico; é tarefa da classe trabalhadora coincidir num processo único a libertação nacional ao serviço da libertação de classe. E é neste sentido que fala o Movimento Nacional-Popular Galego, que existe a AN-PG (Assembleia Nacional-Popular Galega) organizações autonomas de classe de âmbito nacional como o SOG (Sindicato Operário Galego)».

É neste sentido que os Camaradas, desenvolvem a luta pela AMNISTIA que se dá em todo o Estado Espanhol.

«Se na Espanha e Cataluña (principalmente) a luta pela Libertação dos presos — de acordo com as forças hegemónicas no movimento social — foi perspectivada mais como mecanismo de pressão sobre os «liberais» do Governo para forçar a negociação com a oposição tradicional frente à direita fascizante, em EUSKADI e GALICIA representou a denuncia do aparelho repressivo, da incapacidade de «liberalização» real por parte da classe dominante falta de definição das forças para desmascarar a oposição liberal-burguesa e as organizações reformistas que

depois de utilizar esta bandeira de luta para simplesmente agitar, não foram consequentes na prática desta luta».

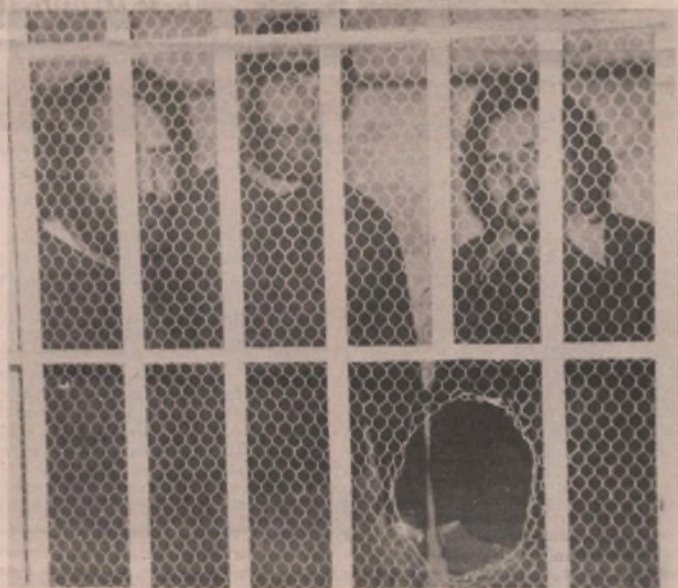
Organicamente podemos situar o início da Campanha pela Amnistia na 2.ª Semana de Dezembro de 1975, com o aparecimento de abaixo-assinados escritos na Imprensa, que coincidiram com as greves, destacando-se a do ensino no dia 12 e a do proletariado industrial no dia 16.

Em todo o mês de Dezembro o movimento popular ocupa as ruas denunciando o «indulto monárquico» e manifesta-se pela AMNISTIA GERAL: Marcha sobre a prisão da Coruña no dia 14, manifesta-se em Vigo no dia 16, marcha sobre a cadeia de Pontevedra no dia 21, concentra-se em Santiago no dia 31 (transcurso da cerimónia de abertura do «Ano Santo»).

No dia 4 de Janeiro, numa grande manifestação do proletariado de Vigo contra os despedimentos e o congelamento salarial, a AMNISTIA GERAL ocupava o centro das reivindicações políticas com a palavra de ordem: «Nin plazos, nin apaños, liberdade xa».

No mês de Março junto com as mobilizações de solidariedade com os trabalhadores Bascos, em resposta aos assassinatos de VICTORIA, a luta pela AMNISTIA materializa-se em manifestação contra o julgamento de militares democratas (Santiago, Lugo, Vigo, Pontevedra) tendo especial significado a realização em Ponte Vedra, cidade do capitão Fortes, acusado de pertencer à U.M.D.

O movimento nacional e popular vai assim dia-a-dia definindo os seus objectivos, conhecendo a sua força, que há que



enfrentar a repressão, buscando uma solução política a ser defendida no momento presente.

No mês de Abril numa manifestação contra a tentativa de implantar uma indústria poluidora e contaminante, numa zona da montanha (Quiroga), os manifestantes responderam às prisões com as palavras de ordem «IMOS POLOS PRESOS» e conseguindo a sua libertação, isto significou uma luta pontual, mas uma nova forma de luta, uma vitória.

Neste momento e depois de muitas prisões de militantes políticos revolucionários, caminha-se para a grande mobilização do «DIA DA PÁTRIA GALEGA» o 25 de Julho, na que a luta pela AMNISTIA GERAL continua em primeiro plano.

Entretanto, no mês de Maio, a Imprensa burguesa anunciava uma tentativa de fuga de militantes da E.T.A. e U.P.G. detidos na prisão de «La Coruña». Num comunicado, o Comité executivo da Unión do Povo Galego, do dia 13 de Maio afirmava que «a U.P.G. assume plenamente a responsabilidade deste feito, que vem demonstrar como também dentro das prisões a tarefa dos revolucionários deve ser a de prosseguir a luta implacável contra o fascismo e o imperialismo, como também dentro da cadeia há que derrotar o inimigo da classe operária e de todo o povo galego...»

«... A luta popular pela AMNISTIA TOTAL deve prosseguir com firmeza; a luta dos comunistas, dos militantes revolucionários e de todo o povo galego deve continuar até conseguir arrancar os nossos companheiros e todos os presos políticos das cadeias fascistas e imperialistas».

## A FUGA

Assim foi preparada a fuga da prisão Galega de la Coruña.

P. Quando é que começaram a fazer o túnel?

R. Em fins de Janeiro e pensávamos

terminar a princípios de Julho tínhamos já feito 13,80 metros, mais da metade, e empregávamos colheres, garfos, martelos e um cinzel de ferro para rebentar o cimento.

P. Quais as horas que trabalhavam?

R. Costumávamos trabalhar pelas tardes, das 15.30 às 16.30 horas. Primeiro trabalhava uma só pessoa e depois 2 de cada secção, a partir do momento em que o túnel ultrapassou o recinto (um carregava e o outro tirava a terra para trás com ajuda de uma manta). Durante a noite uma só pessoa trabalhava das 22.15 às 22.45 horas.

P. Quantos quilos de terra foram removidos?

R. Removemos cerca de 10 toneladas, que aproximadamente dá 2 camiões, uma média de 10 sacos diários. Houve dias que tiramos 40, outros dias menos, e houve alturas em que não pudemos trabalhar.

P. Como é que fizeram desaparecer a terra e para onde a levaram?

R. Deitávamos a terra na retrete do salão de políticos, empregando uma mangueira de água. Tínhamos que ter cuidado para que não estivesse o administrativo, pois este tinha o seu escritório no «Económico» que fica precisamente por baixo do salão dos presos políticos. Pela retrete evacuávamos somente a terra. Tirávamos as pedras deitando as mais pequenas junto ao lixo e as maiores metíamos num buraco que fizemos debaixo dos serviços ou, inclusive nos armários (fizemos uma estante na parte de baixo onde iam metendo as pedras). Mesmo assim, utilizamos uns bancos de cimento do pátio que previamente esvaziámos. Haviam pedras que pesavam 40 quilos.

P. Pensavam muito na dificuldade da fuga?

R. Pensávamos que ia ser mais difícil o final dos trabalhos do que a saída, a construção dos últimos metros teria de ser feita num caminho longe (e) da visibilidade das guaritas dos guardas da prisão.





**P. Quando os funcionários perceberam da fuga?**

R. Os funcionários perceberam o intento de fuga no dia em que nos descobrimos de madrugada, quer dizer na noite de 3.ª para 4.ª feira (dias 11 e 12). Nesse dia houve uma operação de «retén» da Polícia, provavelmente pela fuga de Martutene em Santander, de militantes da E.T.A. Pensamos em várias hipóteses: — A versão que os funcionários da prisão já sabiam da tentativa de fuga, mas que

aguardavam que saíssemos para poderem assim capturar o comando exterior. A segunda hipótese é a de que um preso comum estando ao corrente da fuga houvesse comentado com outros presos comuns o facto de haver esta acção planeada e a terceira, e mais provável, a de que um funcionário encontrara no «Economato» um pacote com 20 sacos (os que empregávamos para tirar a terra húmida e limpa) e houvesse denunciado ao director. Este indagara o Administrador para saber a

utilidade das sacas e como este nada sabia, as sacas foram analisadas, pelos vistos, pelo Director chegando a conclusão que as empregavam para colocar terra. Deste modo, ficaram desconfiados e começaram as pesquisas mais profundas.

No dia 11 houve uma busca geral muito forte com os «grises» (polícia de choque) armados de metralhadora à volta da prisão, mas nada encontraram, assim dada esta forte vigilância não pudémos esvaziar as sacas que deixamos dentro de um armário do «Economato». Durante a noite os funcionários devem ter feito uma nova busca e encontraram as sacas tirando a conclusão de que a tentativa partia de um preso que estava no «Economato». Assim foram a cela do preso comum e encontraram o local onde iniciava o

túnel.

**P. Quem fez os interrogatórios?**

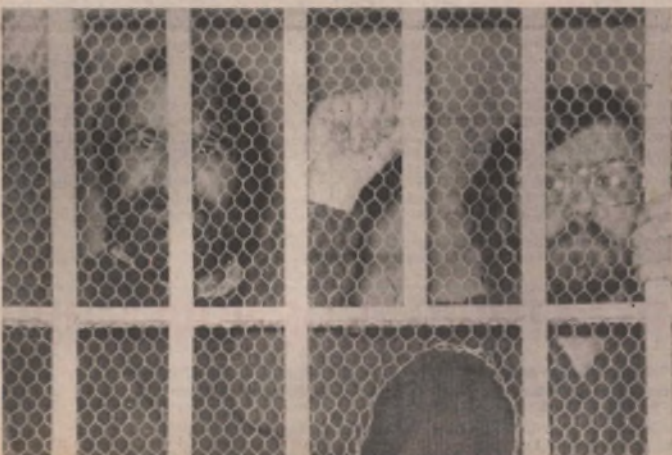
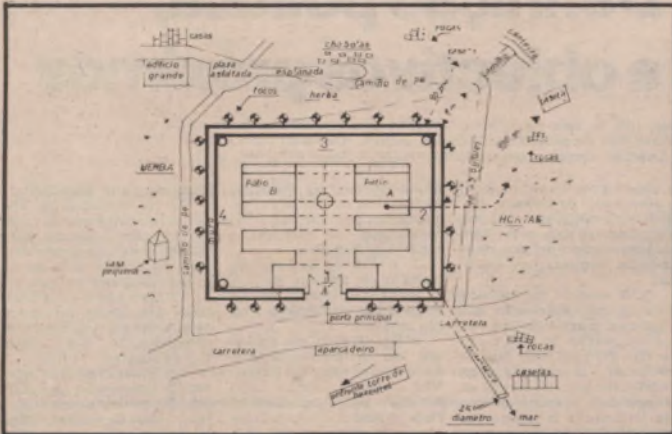
R. Foram feitos pelo Director da prisão e posteriormente pelo Juiz de Instruções.

**P. O que aconteceu depois?**

R. Imediatamente nos incomunicaram, 4 presos políticos e também dois comuns. Fomos enviados para celas de castigo.

**P. Quais foram as dimensões do túnel?**

R. O túnel saía de uma cela, devia ter 20 metros, passando por debaixo de uns lavabos e de uma cantina até o muro, seguindo por debaixo de um recinto até o 2.º muro exterior. Tínhamos no túnel 3 pontos de iluminação. As dimensões eram de 40x50 cm. O túnel tinha uma profundidade de 1,70 metros. Tínhamos o problema de entrada d'água quando chovia.



## Organizações políticas e sindicais Galegas exigem a suspensão do decreto-lei "anti-terrorista"

Organizações políticas e sindicais de várias tendências emitiram um comunicado no final do mês de Junho, na Galicia exigindo a revogação do decreto-lei «antiterrorista». Estas organizações políticas e sindicais lutam pela AMNISTIA GERAL e a dissolução do aparelho repressivo, ao mesmo tempo que denunciam as detenções feitas ultimamente.

O teor do comunicado é o seguinte:  
«As forças políticas e sindicais em Vigo, abaixo-assinadas, dirigem-se à opinião

pública pedindo a libertação imediata da suposta militante da U. P. G., Maria Elvira Souto Presedo que, depois de oito dias de prisão, permanece ainda no Comissariado da Polícia desta cidade. Julgamos que se lhe está aplicando, de uma forma impropriedade, o decreto-lei de prevenção do terrorismo. Esta conduta seguida pela Polícia governativa contrasta com a atitude verbal mantida por membros do Governo, que afirmam a evolução até um processo democrático. Ao mesmo tempo, reitera-

mos a revogação imediata do citado decreto-lei e a restauração de todas as liberdades políticas no país.»  
Assinam: Partido Comunista de Galicia, Partido Socialista Obreiro de Espanha, Partido Carlista de Galicia, Partido do Trabalho de Espanha, União Geral dos Trabalhadores, União Sindical Operária, Comissões Operárias, Sindicato Operário Galego, Partido Galego Social Democrata, Partido Socialista Galego, Movimento Comunista de Galicia e União do Povo Galego.

# Revolução

Composição e Impressão: Renascença Gráfica. Distribuição: DIG — Rua das Chagas, 2 — Lisboa

## EDITORIAL

As primeiras medidas governamentais saídas após as eleições são já um pré-número do que se vai seguir. Neste governo, que ainda é o VI, estava preparado o rol de medidas que tinham que ser publicadas imediatamente a seguir à eleição do Presidente, para não prejudicar a votação anterior, mas no entanto imediatamente antes também da formação do novo Governo PS para não o queimar logo de entrada. A primeira machadada foi pois dada e aí estão os aumentos de preços, que se vêm a reflectir gravemente sobre a vida dos trabalhadores. Pois quando se fala em aumento do gás e do gasóleo é fácil deprender que este aumento de preço se virá a reflectir imediatamente sobre o preço da comida, antes mesmo que esta seja aumentada por si própria.

E de tal maneira os preços vão aumentar que não será só o proletariado a queixar-se e a reagir contra o custo de vida. A pequena burguesia vai começar a sentir grandes dificuldades e vai compreender, como classe, que o seu Presidente, os seus partidos, os seus governos, são responsáveis pelas dificuldades crescentes na vida de todos os dias e pela degradação económica. De resto estamos a pouco tempo do perfarer dum ano do VI Governo e temos que perguntar em que é que ele resolveu os problemas que em Setembro de 1975 apregoava ir resolver. Sabemos sim que os preços aumentaram a um ritmo assustador, que a recuperação de casas habitáveis pelos moradores de bairro da lata passou a ser extremamente dificultada e que os processos de despejo se sucederam. Sabemos que a liberdade de criticar o poder constituído passou a estar sob a ameaça constante dum lei dura e muito primitiva.

Sabemos que houve a libertação de quase todos os pides e a recuperação dos fascistas a todos os níveis. Este é o balanço dum governo que por tudo isto se definiu como um governo anti-trabalhadores, anti-revolucionários.

A situação económica diz-nos que o VII Governo será a continuação deste estado de coisas. Nem o «humanismo», nem o «pluralismo», nem a «liberdade», nem a «segurança» serão mészinas para remediar uma situação económica que se mantém nos quadros do capitalismo. E a falência do governo PS dentro dos próximos 6 meses irá levantar os respectivos clamores organizados do PPD e do CDS, que esperam a altura para formar o seu governo, o qual poderá, sem contradições com as bases dos respectivos partidos (o que não é o caso do PS), reprimir a seu belo prazer e ditar leis de exploração desenfreada.

Porque, a estes governos que procuram enfileirar Portugal nas democracias burguesas, só resta, para ir atamancando a situação, por um lado indivídarem cada vez mais o país em relação ao Imperialismo, ficando o país nas suas mãos e por outro aumentarem de forma crescente a repressão sobre os trabalhadores, de modo a que estes suportem o aumento do custo de vida, o aumento da exploração.

É de resto curioso, e ridículo, como é que o Governo vem ditar leis sobre a constituição das comissões de trabalhadores e sobre o seu funcionamento sobre o seu papel na gestão e no controlo operário, como se não coubesse exclusivamente aos trabalhadores e às suas assembleias determinar aquilo que só a eles diz respeito. Mas engana-se o Governo... porque essas medidas podem encaixar e manter no redil o proletariado dos países com governos sociais-democratas, porque entretanto o vão alimentando com as fartas migalhas de economias altamente desenvolvidas onde a situação permite que se vão dando uns nacos aos trabalhadores (poder de compra, bairros sociais, carro, segurança social) que os vão adormecendo em relação a tudo o resto (rítmos de trabalho, desemprego, opressão, enfim a exploração capitalista). Não acontecerá o mesmo em Portugal, onde a classe operária dificilmente arranja dinheiro para comprar carne de vez em quando, quanto mais para chegar a bens de

consumo que a consigam adormecer. E adormecida, adormecida, só ficará cada vez que apanhar com o bastão da polícia de choque em cima da cabeça! É com esta grave contradição que se tem que haver o Governo PS e esperamos ver nos próximos seis meses o Primeiro Ministro Mário Soares com um «casse-tête» numa mão e uma rosa na outra, debatendo-se com terríveis dúvidas sobretudo com as suas próprias bases.

Resta ao novo Presidente da República, com a mão de ferro a que se chama «segurança» e com os poderes civis e militares que lhe confere a Constituição, reprimir tanto quanto possível os cidadãos trabalhadores, os cidadãos revolucionários. Mas esse tanto quanto possível terá que ser medida das suas debilitadas unidades militares, longe de estarem recompostas da onda revolucionária que as percorreu. Porque para se ter força, não basta ser duro, antipático, nunca se rir e ter uma estrutura de pensamento, profundamente conservadora... Para se ter força é preciso tê-la mesmo.

Por isso, a direita, o Imperialismo, têm necessidade dum novo golpe de estado, fascista, que acabe com essas contradições e ambiguidade. Por isso Spínola prepara as suas hostes e espera instalar-se em Portugal para se transformar no Papa dum novo regime fascista. Mais uma vez o Anexo ao Relatório ao 25 de Novembro, tal como o Relatório Preliminar constitui uma peça de acusação, não sobre o 25

de Novembro, mas sobre todo o processo revolucionário após o 25 de Abril. É já um retalho do julgamento que esse regime fascista pretende fazer.

Mas não pode passar despercebido que este Relatório é redigido como se tratasse uma acusação a Otelu Saraiva de Carvalho. Está constituído como se se tratasse de um documento de um advogado de acusação a Otelu, destacando a cada passo as implicações possíveis deste homem. Não nos admiramos pois que o ex-comandante do COPCON se transforme em inimigo n.º 1, sobretudo depois da amplitude que tomou a movimentação de massas que o apoiou na candidatura e que neste momento, longe de morrer, se reforça e cria corpo na organização dos GDUPS, movimento de unidade que é a única alternativa revolucionária nesta situação e é por temerem os GDUPS, que os defensores da burguesia já se levantam, curiosamente, a defender e a recuperar o PC (Marcelo Rebelo de Sousa tem-se esforçado nas suas crónicas do «Expresso» e o CDS coloca o problema no seu comunicado). Antes uma esquerda bem comportada e que possi- «enquadrar» o proletariado, que uma esquerda revolucionária...

Por isso também a responsabilidade dos GDUPS é enorme. Neste momento em que, perante a ameaça fascista, os trabalhadores têm que estar unidos e organizados.

## GDUPS: Definição política, funções e objectivos próximos

O «Revolução» ao apresentar o texto «GDUPS: definição política, funções e objectivos próximos» que foi discutido no plenário nacional dos Executivos Distritais dos GDUPS, realizado no dia 4 de Julho de 1976, no Instituto Superior Técnico, convida todos os camaradas a continuar a sua discussão.

1. Os GDUPS são a forma organizativa que assumiu o movimento de apoio à candidatura de Otelu em ordem ao trabalho político durante a campanha e ao seu prosseguimento após as eleições.

2. A candidatura de Otelu traduziu-se na apresentação de uma proposta política concreta e autónoma, à qual aderiram amplas massas de trabalhadores e do povo — daí surge uma nova força política e popular, uma frente de massas, claramente demarcada das alternativas reformistas.

3. Os GDUPS aparecem assim como uma nova componente do movimento popular no seu conjunto, componente portadora de um projecto político para o avanço desse mesmo movimento popular e ligada às outras forças que o integram: as organizações autónomas dos trabalhadores e do povo (sindicatos, comissões de trabalhadores, comissões de moradores, cooperativas agrícolas, conselhos de aldeia, etc), os partidos políticos e os militares progressistas.

4. O projecto político de que os GDUPS são portadores

é essencialmente um projecto e uma prática de unidade: unidade entre largas camadas dos trabalhadores e do povo, com ou sem partido, unidade entre diversas organizações políticas.

5. A unidade corresponde a uma forte aspiração das massas e representa uma imperiosa necessidade para o êxito das grandes lutas que se avizinharam: a resistência do movimento popular contra a escalada reaccionária e o risco do fascismo, e o avanço das conquistas populares contra o capitalismo.

6. Para salvaguardar a unidade já alcançada e avançar para formas superiores de unidade, impõe-se varrer o divisionismo e o sectarismo através de uma rigorosa democracia interna nos GDUPS e nas suas estruturas de coordenação e de uma constante perspectivação da luta virada para o trabalho de massas, condição essencial para os GDUPS não serem grupos fechados, isolados, enclausurados nos seus próprios curto-circuitos. A fim de eliminar qualquer clima de suspeição ou qualquer ambiente

favorável às manobras sectárias, os militantes das organizações políticas não terão necessidade de esconder a sua filiação partidária.

7. A fim de levarem por diante o seu projecto político, os GDUPS precisam de reforçar a sua organização a todos os níveis.

8. Nas fábricas, nas empresas, nos bairros, nas aldeias, a adesão aos GDUPS é sempre feita a título individual. Logo que haja um GDUP constituído, elege democraticamente o secretariado, revogável em qualquer plenário de GDUP.

9. Os GDUPS devem articular-se a nível de concelho ou de zona e de distrito, elegendo democraticamente, em plenários, coordenadas locais e distritais.

10. As estruturas provisórias de coordenação nacional mantêm-se em exercício de funções até que existam condições para a sua eleição democrática, porporcionando desde já a interligação dos GDUPS à escala nacional.

11. O Executivo nacional promoverá no mais curto prazo possível a realização do Con-

gresso Nacional dos GDUPS.

12. Os 14 pontos das «Bases para o programa de candidatura» são assumidos pelos GDUPS como plataforma mínima para a elaboração do seu próprio programa de luta.

13. Uma das tarefas prioritárias dos GDUPS será a luta pela reactivação, reforço e desenvolvimento das organizações populares de base.

14. Como objectivos próximos de intervenção, os GDUPS estarão particularmente atentos às lutas de massas em geral e nomeadamente ao Congresso dos Sindicatos e às eleições para as autarquias locais.

15. As directrizes e os princípios organizativos acima referidos são essencialmente indicações de carácter geral que terão de ser adaptadas às condições locais. A necessidade de rigor nas tarefas de organização não pode neutralizar a indispensável criatividade dos GDUPS e a sua inserção concreta nos locais de trabalho e habitação.

4 de Julho de 1976

## O PRP E O RELATORIO 25 DE NOVEMBRO

O PRP acaba de tornar público um comunicado em que denuncia as acusações que lhe são feitas e a intenção dos seus autores ao publicá-las agora nos novos anexos ao Relatório do 25 de Novembro. Não nos sendo possível tecnicamente transcrever-lo hoje, publicá-lo-emos no próximo número do «Revolução».